




Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Superintendência de Assuntos Fiscais



Relatório de Transparência Fiscal do Maranhão

2º bimestre de 2022



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN-MA
Relatório Bimestral de Transparência Fiscal do Maranhão: Ano 2022. v. 13 nº. – São Luís –
Maranhão: SEPLAN-MA. 2022

ISSN 2675-7680

Páginas: 26

DOI ISSUE/Vol. 10.47592/RTFMA2B20222

DOI. Texto. 10.47592/2b202213

ANUAL

1. Economia do Setor Público. 2. Finanças Públicas. 3. Planejamento e Orçamento.
4. Maranhão.
I. SEPLAN-MA, 2022. II. Título

CDU: 336.1:352 (812.1)

EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Carlos Brandão

Governador do Estado do Maranhão

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN

Luís Fernando Moura da Silva

Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

Dionatan Silva Carvalho

Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Estado do Maranhão

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE – SATEC

Eduardo Cássio Beckman Gomes

Secretário Adjunto do Tesouro e Contabilidade

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS FISCAIS – SAFI

João Carlos Souza Marques

Superintendente de Assuntos Fiscais

COORDENAÇÃO:

João Carlos Souza Marques

ANALISTAS ECONÔMICOS:

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha Lima

João Carlos Souza Marques

Marcelo de Sousa Santos

Gustavo Moreno Alves Ribeiro

Dionatan Silva Carvalho

Domingos José Carneiro Neto

REVISÃO:

Suely Ramos Cruz

APOIO TÉCNICO

Laízy da Silva Galvão

EDITORAÇÃO, DESIGN e DIAGRAMAÇÃO:

Adriano Martins Costa

João Carlos Souza Marques

Stephanie Coutinho

CONTRIBUIÇÕES E AGRADECIMENTOS

Fotografia Capa

José Costa Miranda Júnior (@fozzie_slz)

APOIO INSTITUCIONAL

Conselho Regional de Economia da 15ª Região – CORECON-MA



O RELATÓRIO BIMESTRAL DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DO MARANHÃO

Este Relatório de Transparência Fiscal (RTF) é um dos produtos da Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade (SATEC) da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), elaborado pela Superintendência de Assuntos Fiscais (SAFi) com a colaboração da Superintendência do Tesouro, da Contadoria e da Dívida, objetivando atender às exigências legais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e ampliar a transparência das finanças públicas no que tange aos principais indicadores fiscais do Estado do Maranhão.

O RTF é subdividido em dois cenários: Macroeconômico e Finanças Públicas. O Cenário Macroeconômico traduz alguns dos principais indicadores que impactam a economia maranhense através de análise dos Cenários Internacional e Nacional, com o propósito de trazer ao leitor, não somente a visão dos analistas da SAFi, como também, aproximá-lo da realidade dos impactos exógenos nas contas públicas nacionais e na atividade econômica maranhense.

O Cenário das Finanças Públicas é o grande objetivo do RTF, qual seja, proporcionar maior transparência para as contas públicas do Estado do Maranhão, explanando as nuances econômicas apresentadas no Cenário Macroeconômico, os impactos legislativos e de políticas públicas internas e externas que afetam os resultados e expectativas orçamentárias e financeiras. O Cenário das Finanças Públicas resume brevemente o setor público em âmbito nacional e dá enfoque aos resultados do Estado. Do lado das Receitas estaduais, o RTF apresenta comparações entre o bimestre de referência e o acumulado até o período do ano corrente com o ano anterior e com a Lei Orçamentária Anual (LOA), verificando as frustrações ou excessos. Pelo lado das Despesas, realiza-se a comparação entre os valores empenhados do ano corrente com o ano anterior, demonstrando assim, os gastos por Poderes e as principais despesas do Estado.

Nesse sentido, além dos aspectos gerenciais mencionados, o RTF proporciona análise visando o atendimento de dispositivos legais, a exemplo do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Instrução Normativa (IN nº 26-TCE-MA) referente à prestação anual de contas ao Tribunal de Contas (TCE).

Boa leitura!

SUMÁRIO

1.SUMÁRIO EXECUTIVO/CARTA AO LEITOR	6
2.CENÁRIO MACROECONÔMICO RESUMIDO	7
2.1. Cenário Estadual	10
3.CENÁRIO DAS FINANÇAS PÚBLICAS	12
3.1. Resultado Primário do Governo Central	12
3.2. Resultado Primário do Setor Público Consolidado	14
3.3. Finanças Públicas Maranhenses	15
a. Receitas	15
i. Receitas de Transferências	15
ii. Outras Receitas Correntes	16
iii. Receitas Tributárias	16
iv. Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2020	17
b. Despesas	18
TÓPICOS EXTRAS	22
Repasses de Cota-Parte de ICMS, IPVA e FPEX aos municípios	22

1. Sumário Executivo/Carta ao Leitor

MATRIOSHKAS

Assim como uma boneca russa, o Relatório Bimestral de Transparência Fiscal perfaz múltiplas camadas, discorrendo sobre o cenário internacional, nacional e estadual e centralizando, posteriormente, no seu âmago, a temática acerca das finanças públicas e do panorama fiscal. E, o choque da invasão da Rússia na Ucrânia, também influencia esses múltiplos estratos, tornando-se o principal vetor para as oscilações na conjuntura econômica nacional e maranhense.

Após a pandemia da COVID-19, o cenário de recuperação econômica esperado trazia perspectivas positivas para estabilizar as distorções no comércio global. Contudo, no final de fevereiro, a Rússia invadiu a Ucrânia e deu início à mais um episódio turbulento e dramático para o mundo.

Com a causa do conflito não reconhecida pela Organização das Nações Unidas – ONU, foram estabelecidos boicotes aos produtos Russos, bem como, retirada do sistema financeiro e outras medidas drásticas para desestabilizar a Rússia economicamente. Sem eficácia até o momento, uma vez que a China e outros parceiros comerciais mantiveram suas relações, os russos continuaram pressionando os ucranianos.

É sabido que a Rússia detém mais de 10% da produção mundial de petróleo, petróleo cru, carvão, fertilizantes, de trigo e de gás de petróleo e a Ucrânia cerca de 25% da produção de trigo e quase 15% da produção de milho. Isso faz com que ambos os países sejam extremamente relevantes no comércio mundial e que o conflito afete todas essas mercadorias, reduzindo a oferta mundial. Diante da demanda crescente, esse fenômeno resultou em crescimento dos preços, consequentemente, inflação, fome e pobreza.

A instabilidade dos mercados mudou os fluxos de comércio e de capital ao redor do mundo, exigindo elevações das taxas de juros para os países de maior risco manterem os investidores estrangeiros. No Brasil não foi diferente, enfrentando um cenário adverso com crescimento da inflação, o câmbio desregulado poderia ser uma ameaça ainda maior, desta forma, elevou-se os juros, contudo, sem efeito na inflação, uma vez que foi baseada na estrutura de oferta e não de demanda.

Assim o Brasil puxou o freio de sua economia, crescendo menos, com altas taxas de juros – reduzindo o investimento em formação de capital fixo e o investimento público ao aumentar os pagamentos de juros de títulos da dívida. Soma-se a isso, o crescimento desenfreado da inflação proporcionada pela dependência de combustíveis internacionais, de fertilizantes e de alguns produtos importados que subiram de preço e desencadearam impactos em toda a cadeia logística e produtiva do país.

Nesse diapasão, enfrentar a alta dos preços do petróleo tornou-se uma meta para o Governo Federal que vem

pressionando os Estados, alegando que a culpa dos preços elevados advém da tributação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. Dito isso, o governo central decidiu discutir medidas de redução tributária, lei-se redução do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI orientado pela Medida Provisória (MP) 1.118/2022, mudanças no regramento sobre a incidência tributária de combustíveis, esta última institucionalizado pela [Lei Complementar nº 192](#) de 2022 e do ICMS – com medidas ainda em discussão.

O problema dessas medidas não consiste no alvo de ataque – preços do petróleo, mas sim, no impacto que isso traz para o orçamento e a execução dos recursos públicos das Unidades Subnacionais. A redução do IPI, do ICMS e dos preços – que ficaram na média dos últimos 60 meses para o diesel, significa perda de receita potencial para os Estados e Municípios. Um [estudo do COMSEFAZ](#) já estima perda de R\$ 18,4 bilhões somente para a mudança de alíquota do IPI. Já a mudança de regras do ICMS deverá ter impactos acima dos R\$ 60 bilhões para os Estados.

É nesse cenário de riscos que se deve analisar a economia Maranhense. A receita embora esteja crescendo em patamar substancial (20,59%) as despesas superaram registrando 25%. Isso se dá porque, a inflação e o efeito preço, ao passo que melhoram as receitas de ICMS, também possuem forte impacto nas despesas públicas, primeiramente na Despesa de Pessoal, que cresceu 12,69%, devido às pressões de reajustes salariais devido a inflação e ao congelamento de 2021; a inflação alta também pressiona por reajustes contratuais e os custos operacionais – da máquina pública, dos investimentos e do custeio como um todo, assim, as despesas correntes cresceram 18%. Nas despesas de capital (+62,24%), o crescimento é puxado pelos fortes investimentos do Estado (+70,8%) e, também, pelo impacto do câmbio na amortização da dívida pública (+25%).

Nesse cenário fiscal maranhense, deve-se manter prudência dos gastos e cuidado com as flutuações internacionais, e, sobretudo, dos regramentos fiscais impostos pelo Governo Federal e que poderão mudar as regras do jogo rapidamente, reconduzindo as contas públicas do Estado para um patamar insustentável no longo prazo. Ainda no que tange aos riscos, é preciso monitorar a situação da Rússia, pois enquanto todas as camadas dessa Matrioshka não se relevarem, o nível de incerteza permanece e a continuidade e intensidade desse conflito ao longo de 2022 é o que definirá o rumo da recuperação mundial e as estratégias macroeconômicas, fiscais e do mercado internacional.

João C. S Marques



2. Cenário macroeconômico resumido

O advento da invasão da Rússia na Ucrânia reverteu o fluxo da maré econômica global que esperava um cenário de recuperação da economia ao longo de 2022, após a catástrofe mundial da pandemia no ápice da covid-19, que desestabilizou os mercados e levou milhares de vidas.

O conflito Rússia e Ucrânia chegou em um momento de crescimento da inflação devido às fortes expansões da base monetária atinentes aos robustos pacotes de investimento público realizados para combater à COVID-19 e acelerar a recuperação econômica. O problema geral é que, com o conflito essa inflação – que embora crescente estava controlada – fugiu do controle.

O fenômeno se deu pois, tanto a Rússia como a Ucrânia, são grandes players de algumas das mercadorias mais relevantes para a dinâmica econômica mundial. Os russos detêm entre 10% e 15% do comércio global de Gás de Petróleo, Petróleo, Petróleo Crudo, Carvão/Lenha/Briguetes e Fertilizantes, e mais de 15% do mercado de Trigo; por sua vez, a Ucrânia é um grande produtor agrícola com quase 15% da produção mundial de milho e 25% da produção de trigo.

Com o conflito, a Ucrânia teve paralização da sua produção e a Rússia sofreu inúmeros embargos aos seus produtos. Dessa forma pressionando o mercado global através dos preços de energia – devido à forte produção Russa, e de alimentos, devido à grande participação ucraniana.

Com o aumento dos custos de produção – devido à elevação dos preços de energia e de fertilizantes, junto com os problemas no mercado de alimentos, a inflação global caminha para um ano de 2022 turbulento.

No painel 1(abaixo) pode-se observar a rápida valorização das principais commodities negociadas no Brasil. Isso significa, que também haverá impactos inflacionários drásticos no País.

O crescimento da inflação no mundo resulta em uma problemática complexa de resolubilidade. Uma vez que estão atinentes aos custos, dependerão de os mercados ajustarem a oferta em um novo nível ou de incorporarem novas tecnologias que reduzam os custos de produção e/ou a necessidade de demandar por tais commodities. Seja por uma via ou pela outra, o cenário não possui solução imediata, e o impacto inflacionário será maior nos países mais pobres e na população mais necessitada - que terá problemas para subsistir.

Embora não solucione os problemas imediatos, a elevação das taxas de juros tornou-se um mecanismo padrão, pois, pelo menos, reduz a auto alimentação da inflação. O

problema é que países com maior nível de confiabilidade, como os Estados Unidos, subiram juros, e isso exigiu que outros países com maiores níveis de risco – como o Brasil – elevassem suas taxas de juros para manterem-se atrativos ao capital estrangeiro, não sofressem impactos drásticos no equilíbrio de seus Balanços de Pagamentos, e afetassem mais fortemente a taxa de câmbio.

O Brasil já vinha adotando uma alta às taxas de juros visando mitigar a inflação crescente em 2021. Embora sem impactos significativos, isso o fez ficar com um patamar de juros acima do necessário – reduzindo o potencial de crescimento da economia. Uma vez que a inflação não é de demanda, e sim de custos, e esses custos continuaram crescendo, a taxa de juros não conseguiu frear o crescimento da inflação brasileira.

Os dados apresentados no painel 2 ilustram o retro mencionado sobre a economia brasileira. A inflação, medida pelo IPCA, registrou no acumulado - 12 meses até abril de 2022 - 12,13%, o maior patamar dos últimos 12 anos conforme ilustrado no gráfico; a taxa de juros medida pela SELIC registrou 11,65% no acumulado do mesmo período, maior taxa desde 2017. Ao observar essas duas variáveis também fica nítido que não houve desaceleração da inflação decorrente das contínuas elevações da SELIC.

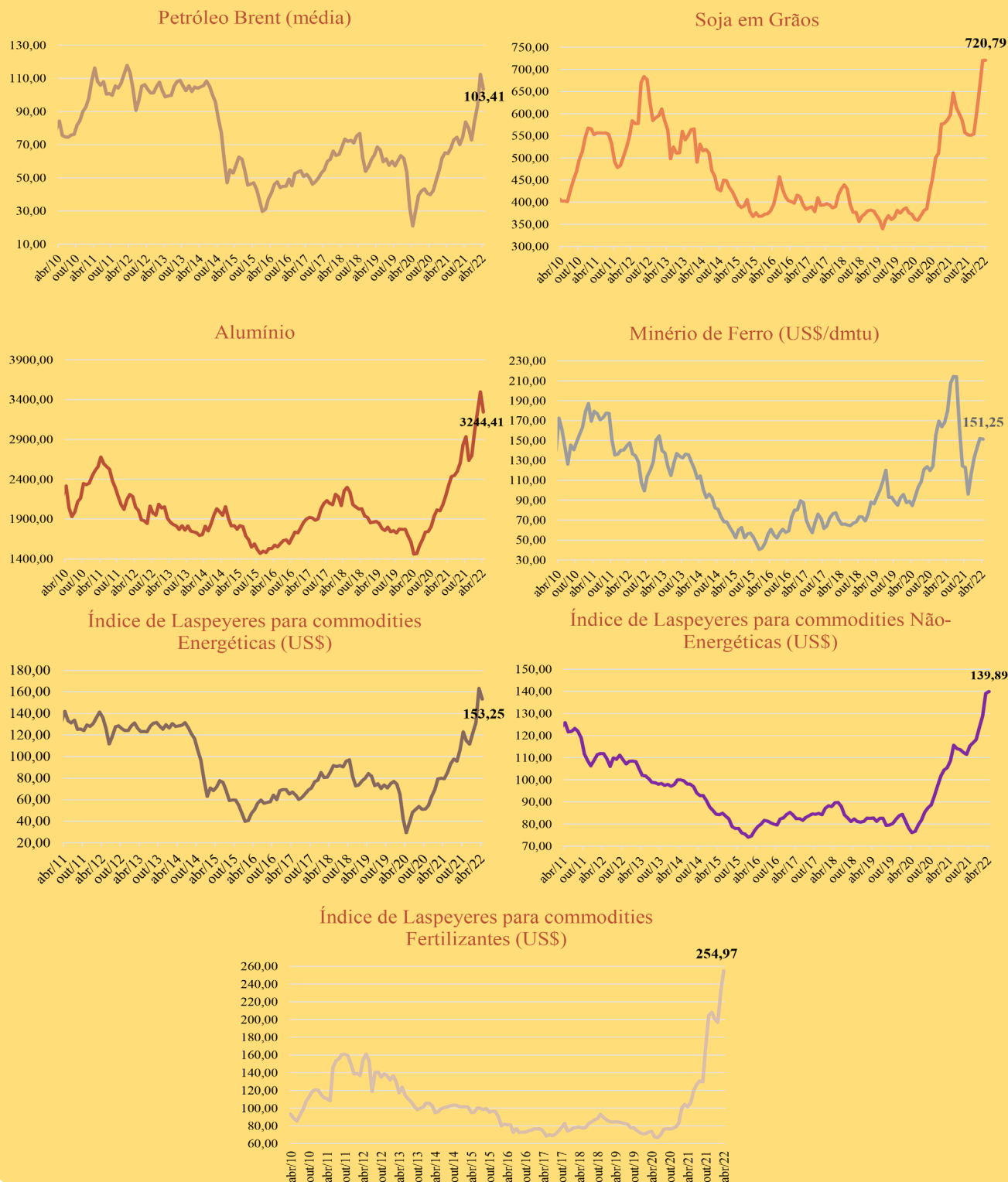
COM O AUMENTO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO – DEVIDO A ELEVÇÃO DOS PREÇOS DE ENERGIA E DE FERTILIZANTES, JUNTO COM OS PROBLEMAS NO MERCADO DE ALIMENTOS, A INFLAÇÃO GLOBAL CAMINHA PARA UM ANO TURBULENTO.

Por outro lado, a elevação da SELIC, prejudica três vetores importantes: o consumo, o investimento e as contas públicas federais. Pelo lado da demanda, temos um lento crescimento do consumo e um nível elevado de endividamento das famílias; no que tange ao investimento, a Formação Bruta de Capital Fixo – FBKf sofreu arrefecimento substancial em relação ao percurso otimista traçado pela recuperação pós-covid, e por fim, nas contas públicas nacionais, amplia-se gasto com o pagamento de juros para títulos públicos (lastreados na SELIC).

No lado positivo, a SELIC pode estar sendo relevante na redução da taxa de câmbio, valorizando o real, ao aumentar a demanda pela moeda nacional através das maiores remunerações de juros pagos pelo País, atraindo investidores estrangeiros, ajudando, a equilibrar o balanço de pagamentos no curto prazo.

Em paralelo à todas essas dificuldades, resultado de políticas macroeconômicas para conter impactos exógenos, o ano de 2022 é um ano de eleições majoritárias no Brasil. Com isso, a agenda política deverá afetar a incerteza quanto à política econômica e novas flutuações exógenas aos fenômenos da economia nacional.

PAINEL 1. INDICADORES DE PREÇOS E COTAÇÃO DAS PRINCIPAIS COMMODITIES PARA O BRASIL E MARANHÃO DE ABR/2010 ATÉ ABR/2022



Fonte: Banco Mundial – dez/2021

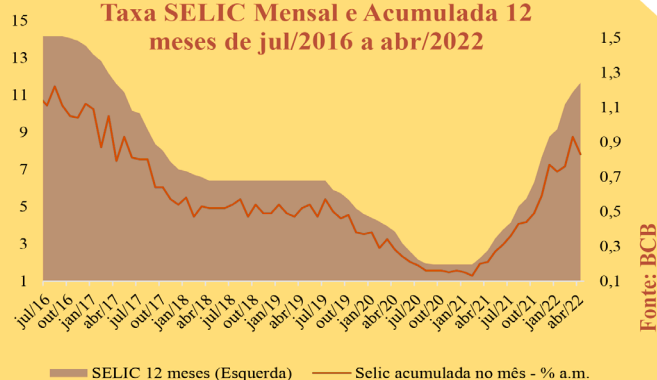


PAINEL 2. INDICADORES MACROECONÔMICOS NACIONAIS

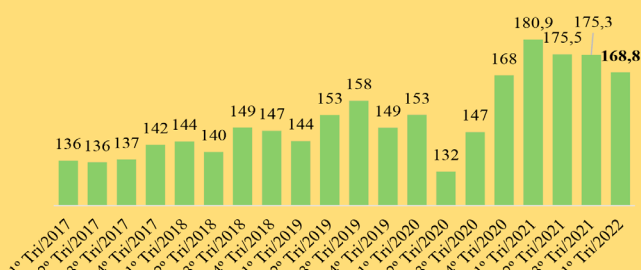
IPCA Acumulado 12 meses de abr/2010 até abr/2022 (%)



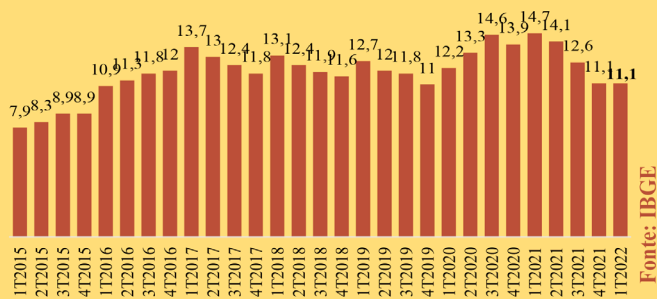
Taxa SELIC Mensal e Acumulada 12 meses de jul/2016 a abr/2022



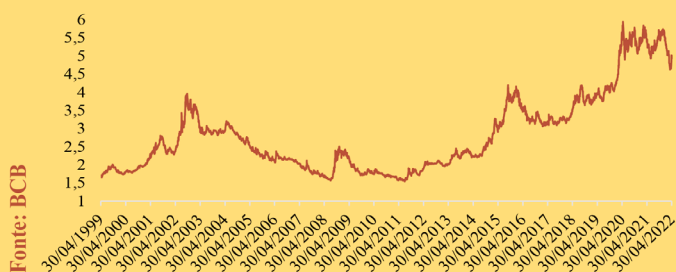
Formação Bruta de Capital Fixo, do 1º tri de 2017 até o 1º tri de 2022 (Dessazonalizado) - Índice 2010 = 100



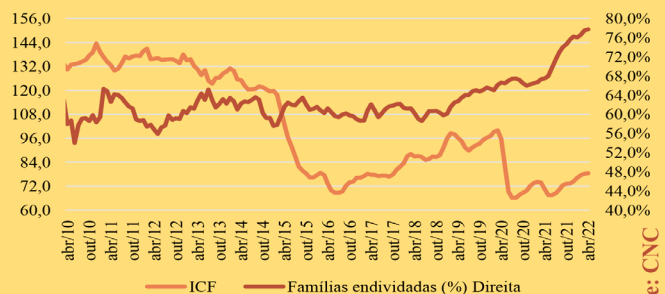
Taxa de Desocupação (%), do 1º tri de 2015 até o 1º tri de 2022



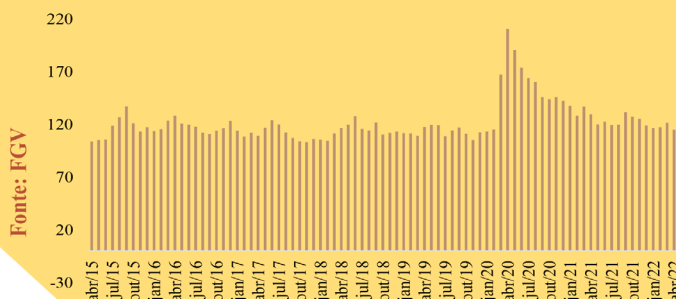
Taxa de Câmbio Livre - Dólar Americano Diário - u.m.c./US\$ (venda)



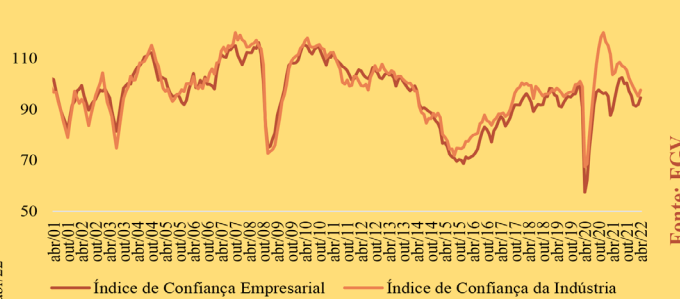
Índice de Consumo das Famílias e % de famílias endividadas de abr/10 até abr/22



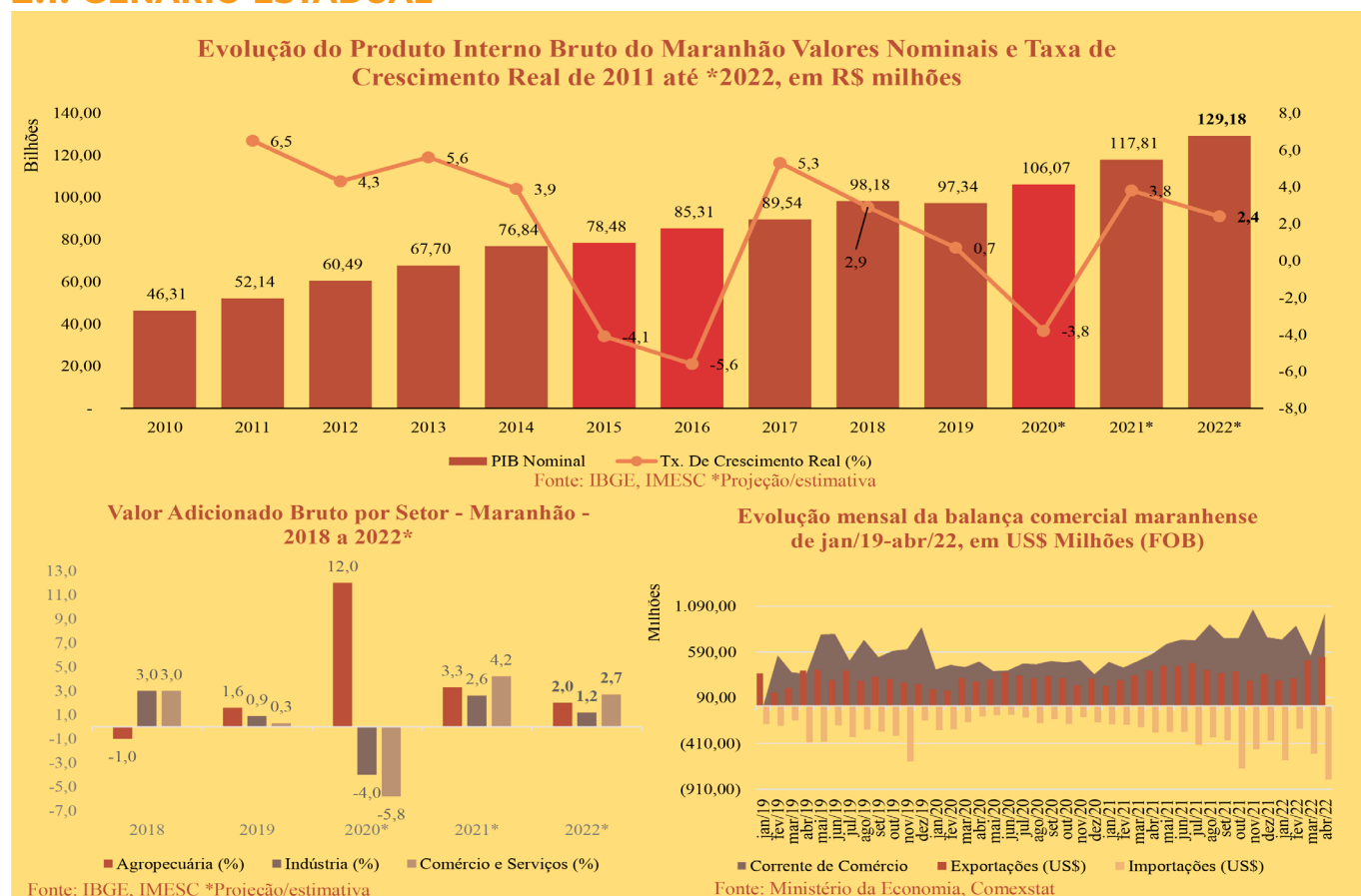
Índice de Incerteza da Economia de abr/15 até abr/22



Índices de Confiança do Empresário e da Indústria de abr/01 até abr/22



2.1. CENÁRIO ESTADUAL



Na economia Maranhense os impactos do conflito Rússia e Ucrânia também podem ser sentidos em seus amplos aspectos, muito embora, a estrutura econômica de enclave mantenha os benefícios da elevação dos preços das commodities agrícolas e a elevação dos preços do combustível beneficiem a arrecadação tributária de produtos importados.

Contudo ainda é cedo para mensurar os desencadeamentos do conflito sobre o Maranhão. O estado possui o maior contingente de extremamente pobres do Brasil, e, a elevação dos custos com transporte, energia e alimentação irão reduzir ainda mais a renda disponível daqueles em situação de extrema pobreza. Um estudo do Banco Mundial, aponta que pessoas na linha da pobreza consumam – em média cerca de três quartos de sua renda com subsistência. Isso poderá desencadear em uma nova onda de subnutrição e fome nas regiões mais pobres do Maranhão.

Além dos mais pobres, a diminuição da renda disponível afeta todas as classes da pirâmide social, embora, aqueles que estejam mais ao topo sofram bem menos que os da base da pirâmide. Nesse sentido o consumo maranhense deverá ser afetado, a inflação vem sendo repassada para praticamente todas as mercadorias e serviços, apesar dos juros tentarem frear essa retroalimentação inflacionária, ainda não há resposta macroeconômica substancial para mitigar a inflação.

Com os juros elevados e o consumo penalizado, a taxa de crescimento do PIB maranhense também deverá se arrefecer, e a recuperação econômica deve ser um pouco mais lenta – pelo menos, no que condiz ao mercado interno. Pois, por sua vez, o mercado internacional continua surfando nas bonanças

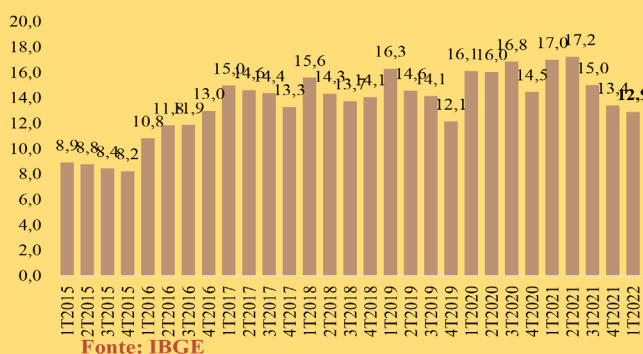
da alta de commodities alimentícias e minerais. As exportações maranhense no acumulado até abril de 2022 somaram US\$ 1,6 bilhão, crescimento de 32% em relação ao mesmo período de 2022. Na análise pela quantidade, o crescimento foi de 3%, o que reforça o argumento quanto a elevação dos preços como determinante do crescimento da exportação maranhense.

No que tange as projeções do VAB para o Maranhão, 2022 possui um ritmo bem mais lento do que 2021 para todos os três setores. A estimativa do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, aponta crescimento de 2% para a agropecuária, 1,2% para a Indústria e 2,7% para Comércio e Serviços em 2022. A estimativa de 2021 é respectivamente de 3,3%; 2,6% e 4,2%. Essa comparação ilustra o arrefecimento do crescimento - mesmo observando a base fraca de 2020 devido à pandemia.

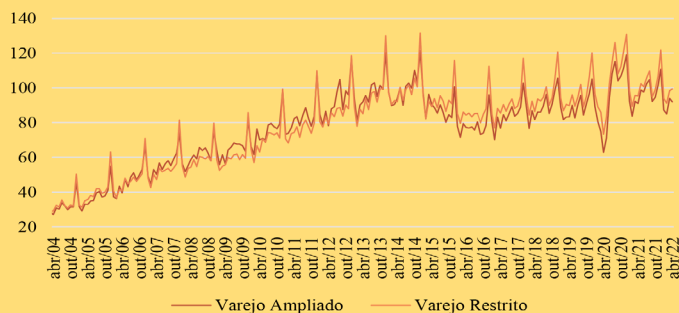
Apesar disso, a Taxa de Desocupação do Maranhão vem apresentando resultados cada vez melhores, saindo do topo de 17,2% no segundo trimestre de 2021 para 12,9% no primeiro trimestre de 2022. Refletindo que apesar do crescimento pujante o número de empregos aumenta - o que reforça o argumento de que o consumo e investimento possam estar sendo impactados pela alta inflacionária e taxa de juros, uma vez que a renda está em recuperação através do nível de ocupação.

Outro reforço à essa argumentação se dá pela evolução do índice do volume de vendas do comércio varejista, o qual, tanto o restrito quanto o ampliado não conseguiram melhorar de forma significativa, sinalizando que o emprego apenas impulsionou-o a normalidade e não à evolução positiva do indicador.

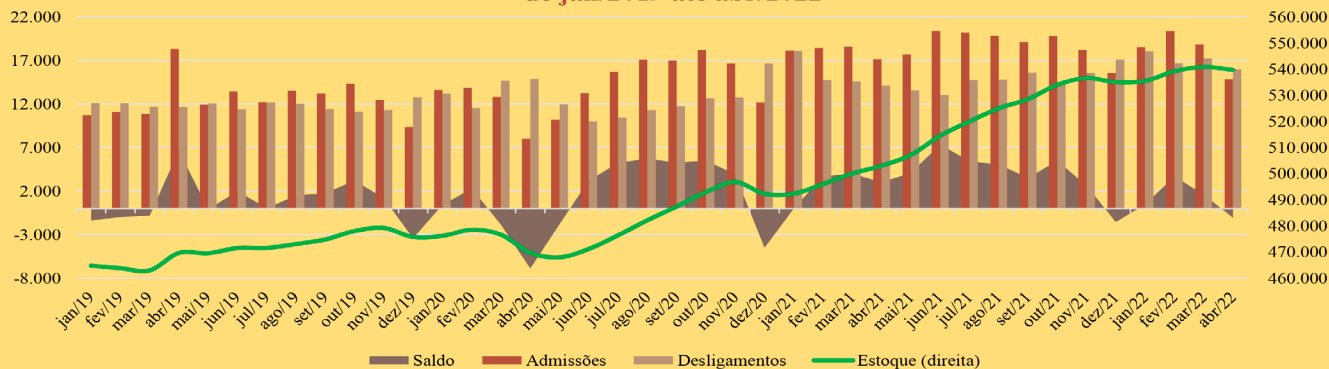
Taxa de Desocupação - Trimestral (%)



Evolução do Índice de Volume de Vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado de abr/2004 até abr/2022



Evolução das Admissões, Desligamentos, Saldo e Estoque de Empregos no Maranhão de jan/2019 até abr/2022



Retomando a produção maranhense e o comércio exterior, é importante salientar os projetos de investimentos que foram implementados esse ano e que devem alavancar as exportações maranhenses e possuem grande potencial de geração de empregos, consequentemente, de melhorar a dinâmica do mercado interno e a arrecadação de ICMS

Nesse escopo, o primeiro destaque vai para a retomada da produção de Alumínio pelo Consórcio Alumar, que reativou sua fábrica e que possui capacidade para atingir 477 mt por ano de produção e que aponta criação de 2,5 mil empregos.

Além disso o Itaqui inaugurou em 24 de março o berço 99 que foi financiado pela Suzano Papel e Celulose, possibilitando alavancar as exportações da empresa, bem como, de outras instituições, uma vez que o porto é de posse Estadual e a Suzano detém apenas prioridade na movimentação de cargas. Isso beneficia o Estado do Maranhão ao possibilitar que outros clientes consigam ser atendidos pelo porto, aumenta a rotatividade dos navios e o espaço para atracagem das embarcações, possibilitando maior dinâmica no comércio exterior maranhense, bem como, na relação interestadual, posição que o Maranhão estrategicamente se posiciona como hub de importações e exportações do Nordeste e do MATOPIBA.

O sistema logístico maranhense, sua posição e posicionamento estratégico garantiu também uma série de outros investimentos significativos e que ganharam enorme valor estratégico diante do conflito Rússia x Ucrânia. O leilão da Usina UTE Paranaíba IV vencido pela ENEVA possibilitou um contrato com a SUZANO S/A para fornecimento de gás

para abastecer a empresa, mas também, possibilita outros projetos – inclusive de exportação do gás para Europa; além disso, a Raízen construiu um terminal para exportações e importação de etanol e derivados; a VLI, empresa de logística, vem ampliando investimentos no Arco Norte e elevando a importância da empresa na distribuição de mercadorias para outros estados e pelo Maranhão.

UM ESTUDO DO BANCO MUNDIAL, APONTA QUE PESSOAS NA LINHA DA POBREZA CONSOMEM – EM MÉDIA CERCA DE TRÊS QUARTOS DE SUA RENDA COM SUBSISTÊNCIA.

Ademais, existem outros grandes projetos em andamento que possibilitam o crescimento da atividade econômica para além do mercado externo maranhense. Dessa forma, existem uma perspectiva otimista quanto ao crescimento do Maranhão para 2022 e que pode ser fortalecer nos próximos anos.

A continuidade das pressões globais pelo conflito Rússia e Ucrânia podem acelerar ou reduzir alguns projetos estratégicos do mercado internacional, mas em geral, vem abrindo portas para as exportações de commodities agrícolas e alimentícias, bem como, energéticas e minerais para a União Europeia que sofre com o impacto na Ucrânia e o fechamento dos gasodutos russos, bem como, resultados das respostas geopolíticas da ONU quanto aos embargos comerciais e financeiros aos russos.



3. Cenário das finanças públicas

3.1 RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS GOVERNO CENTRAL (em milhões)

Discriminação	Acumulado Jan-Abr		2º Bim		Acumulado do ano 22/21		2º Bim 22/21	
	2021	2022	2021	2022	Var. R\$	Var. %	Var. R\$	Var. %
1. Receita Total	617.690,23	770.200,26	305.771,21	367.791,56	152.510,03	24,69	62.020,35	20,28
1.1 - Receita Administrada pela RFB	402.546,25	492.684,27	191.136,76	230.145,59	90.138,02	22,39	39.008,82	20,41
1.2 - Incentivos Fiscais	-33,84	-	-33,84	-	33,84	-100,00	33,84	-100,00
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	137.381,27	163.597,23	69.760,91	84.171,82	26.215,96	19,08	14.410,92	20,66
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	77.796,55	113.918,77	44.907,38	53.474,15	36.122,22	46,43	8.566,77	19,08
2. Transf. por repartição de receita	109.047,70	143.314,47	48.079,46	61.742,13	34.266,77	31,42	13.662,67	28,42
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	88.920,85	112.281,19	39.086,82	49.116,46	23.360,34	26,27	10.029,64	25,66
2.2 Fundos Constitucionais	1.952,46	2.676,72	1.116,71	1.438,35	724,26	37,09	321,64	28,80
2.3 Transferência de Contribuição do Salário Educação	5.021,47	5.784,00	2.132,21	2.593,84	762,53	15,19	461,62	21,65
2.4 Transferências de Exploração de Recursos Naturais	12.759,26	21.762,55	5.615,98	8.275,49	9.003,28	70,56	2.659,51	47,36
2.5 CIDE - Combustíveis	168,56	451,39	75,66	241,44	282,83	167,79	165,77	219,10
2.6 Demais	225,09	358,63	52,08	76,56	133,53	59,32	24,48	47,02
3. Receita Líquida (1-2)	508.642,53	626.885,79	257.691,75	306.049,42	118.243,26	23,25	48.357,68	18,77
4. Despesa Total	467.779,41	547.623,25	238.995,08	283.753,38	79.843,85	17,07	44.758,30	18,73
4.1 Benefícios Previdenciários	213.203,87	243.378,28	108.509,62	128.624,18	30.174,41	14,15	20.114,56	18,54
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	101.526,04	103.550,24	49.413,79	50.648,46	2.024,20	1,99	1.234,67	2,50
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	86.478,92	101.343,89	44.368,83	49.610,16	14.864,98	17,19	5.241,33	11,81
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	66.570,58	99.350,84	36.702,84	54.870,59	32.780,26	49,24	18.167,75	49,50
5. Resultado Governo Central - Acima da Linha (3 - 4)	40.863,12	79.262,54	18.696,66	22.296,04	38.399,42	93,97	3.599,38	19,25
6.1 Ajuste Metodológico Itaipu	-	-	-	-	-	0,00	-	0,00
6.2 Ajuste Metodológico Caixa - Competência	506,17	384,87	-531,73	-827,86	-121,30	-23,96	-296,13	55,69
7. Discrepância Estatística	-517,69	428,02	2.038,39	358,77	945,71	-182,68	-1.679,62	-82,40
8. Resultado Governo Central - Abaixo da Linha (5 + 6 + 7)	40.851,60	80.075,42	20.203,32	21.826,94	39.223,82	96,02	1.623,62	8,04

Fonte: STN

No 2º bimestre do exercício de 2022, o Governo Central registrou superávit no Resultado Primário de R\$ 22 bilhões, significando melhoria em relação ao superávit no mesmo período em 2021, que foi da ordem de R\$ 18,6 milhões. No acumulado até abril, o superávit também foi significativo, sendo valorado em R\$ 79,2 bilhões. Destacam-se neste resultado o Imposto de Renda, em especial, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ; a arrecadação própria para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS; Receitas de Exploração de Recursos Naturais, e, nas Transferências, tivemos destaque do Fundo de Participação dos Municípios – FPM/Fundo de Participação dos Estados – FPE/Imposto sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores. A Receita Líquida apresentou, no 2º bimestre, crescimento de R\$ 48 bilhões (+18,77%) em relação a período análogo em 2021. A Despesa Total também apresentou crescimento em relação a 2021, mas a patamares absolutos e relativos menores que a Receita Líquida. Nesta senda, o crescimento observado foi de R\$ 44,7 bilhões (+18,73%).

O crescimento do IRPJ no 2º bimestre de 2022 (R\$ 15, 4 bilhões/+42%), que representou a maior variação dentre as subdivisões do Imposto de Renda, justifica-se pelos aumentos reais na arrecadação da estimativa mensal, na arrecadação do balanço trimestral e na arrecadação do lucro presumido. Também houve, nesse contexto, pagamentos atípicos de R\$ 3 bilhões por parte de empresas ligadas ao setor de commodities. Cabe destacar ainda o crescimento do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF (R\$ 12,8 bilhões/+31%), que se atribui principalmente aos rendimentos

de capital, uma vez que houve crescimento na arrecadação referente aos Fundos de Renda Fixa e da aplicação de Renda Fixa (tanto PF quanto PJ). No acumulado até abril, também se identifica que o IRPJ cresceu em função do aumento da arrecadação relativa à declaração de ajuste do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, que decorre de fatos geradores ocorridos ao longo do exercício de 2021.

As variações da arrecadação para o RGPS (R\$ 14 bilhões/+21%) estão sempre relacionadas com as flutuações do emprego no Brasil e, nesse contexto, ela se dá em função do saldo positivo de empregos de 295.342 contratações líquidas no 2º bimestre de 2022, conforme informações do Novo CAGED. Também houve aumento na arrecadação do Simples Nacional de mais de 75% em relação ao 2º bimestre do ano anterior, ressaltando que no mês de abril de 2021 houve diferimento no pagamento do Simples Nacional.

No que se refere às Receitas de Exploração de Recursos Naturais (R\$ 10,2 bilhões/+57%), explica-se pelo efeito em conjunto dos preços internacionais do petróleo (ver Painel 1), câmbio e produção.

As rubricas que compõem as Transferências por Repartição de Receita (que apresentaram crescimento de R\$ 13,6 bilhões (+29%) no 2º bimestre de 2022 em relação a 2021) naturalmente crescem acompanhadas das receitas, e dentro dessa categoria, o aumento na formação do montante do FPM/FPE/IPI-EE (R\$ 10 bilhões/+26%) aparece como reflexo da elevação conjunta do IPI e do IR ressaltando que 21,5% da arrecadação total do IPI e IR é destinada ao FPE e 10% é destinada ao IPI-EE.

Na análise por base de incidência no acumulado até abril, a arrecadação sobre a Renda do Trabalho apresentou crescimento de R\$ 35,2 bilhões (+34,8%), devido ao crescimento conjunto do IRPF e do Imposto de Renda Retido na Fonte nos Rendimentos do Trabalho, que, como já dito, está relacionado com o aumento do saldo de empregos com carteira assinada.

Já na arrecadação sobre a Lucratividade, esta apresentou crescimento (R\$ 59 bilhões/+47%), uma vez que incidem sobre esta categoria o IRPJ e a CSLL, ambos apresentando crescimento por razões já elencadas acima. A arrecadação sobre o Faturamento registrou acréscimo de R\$ 2,8 bilhões (+2,54%) em relação a igual período em 2021, considerando que este número se refere à arrecadação do PIS/PASEP e da Cofins, que registraram crescimento devido ao aumento do volume das compensações tributárias, bem como, à zeragem das alíquotas sobre o diesel, biodiesel, querosene de aviação e gás liquefeito de petróleo – GLP. Tais efeitos estão relacionados com o bom desempenho na arrecadação sobre o setor de combustíveis, comércio varejista e setor financeiro.

No que tange à arrecadação sobre a importação (-R\$ 3,2 bilhões/-10,43%), a queda justifica-se sobre a elevação do valor em dólar do volume das importações em conjunto com reduções na taxa média de câmbio e na alíquota média efetiva do imposto de importação.

DE UM MODO GERAL, O CRESCIMENTO DAS DESPESAS FEDERAIS ACOMPANHA O CRESCIMENTO DAS RECEITAS, UMA VEZ QUE DESPESAS OBRIGATÓRIAS AD VALOREM CRESCEM PROPORCIONALMENTE AO AUMENTO DAS RECEITAS.

No valor arrecadado sobre a Produção houve crescimento de R\$ 580 milhões (+4,42%) explicado pelo aumento da arrecadação do IPI, já mencionado anteriormente, isso porque, entram na arrecadação sobre a Produção, o valor arrecadado das subdivisões para-fiscais do IPI, que são o IPI-Fumo, IPI-Bebidas, IPI-Automóveis e IPI-Outros.

A arrecadação sobre transações financeiras assinalou crescimento da ordem de R\$ 6,2 bilhões (+49,3%). Esta base de incidência refere-se somente ao Imposto sobre Operações Financeiras – IOF, e, dessa forma, a evolução se explica pelo aumento das operações de crédito, tanto de pessoa física, quanto de pessoa jurídica e pelo incremento das operações com títulos e valores mobiliários. Há também a vigência do Decreto nº 10.797/2021, que elevou a alíquota do imposto incidente sobre as operações de crédito efetuadas desde 21 de setembro de 2021.

A arrecadação sobre combustíveis tem forte peso do CIDE Combustíveis. Uma vez que houve a zeragem do Cofins e do PIS/PASEP sobre as diversas modalidades de combustível,

pesaram as variações do câmbio e a evolução dos preços internacionais sobre os combustíveis.

Pelo lado das Despesas, dentre os destaques que podem ser visualizados, está o pagamento de benefícios previdenciários, que apresentou no 2º bimestre de 2022 em relação a igual período de 2021, crescimento de R\$ 20 bilhões (+18,5%), que pode ser atribuído, principalmente, à antecipação do pagamento de parcela do 13º salário de aposentados e pensionistas em abril de 2022, sem contrapartida no 2º bimestre em 2021.

Na esfera das despesas com pessoal e encargos sociais (+R\$ 1,2 bilhão/+2,5%) há de se realçar o fim da vigência da Lei Complementar nº 173/2020 que congelava admissões, progressões e reajustes nominais, entretanto, a ausência de reajustes reais aos servidores civis impediu que se verificasse crescimento mais robusto.

As Outras Despesas Obrigatórias (também conhecidas como Custeio) apresentaram, na comparação interanual, do 2º bimestre, o crescimento de R\$ 5,2 bilhões (+12%). Este grupo de despesa tem como destaques o crescimento no pagamento do Abono e Seguro Desemprego (+R\$ 12,4 bilhões/+188%) que é explicado pela concentração do programa de abono salarial no 1º quadrimestre de 2022, em conformidade com a resolução CODEFAT nº 934/2022, sendo esta circunstância sem contrapartida no mesmo período no ano anterior.

Outro destaque são as despesas com Créditos Extraordinários (Exceto PAC) que assinalaram queda da cifra de R\$ 11 bilhões (-69%) no 2º bimestre de 2022 em comparação com igual período em 2021. Esse encolhimento é explicado pela redução das principais despesas referentes ao combate à COVID-19 em relação ao ano anterior, despesas essas que envolvem pagamento de auxílios, aquisições de vacinas, aquisição de leitos, equipamentos etc.

O crescimento das despesas de complementação da União para o FUNDEB (+R\$ 2 bilhões/+70%) explica-se pela instituição do Novo FUNDEB, cujo percentual de contribuição da União subiu de 12 para 15%, aumentando o valor da complementação.

As despesas com subsídios, subvenções e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO apresentaram, no 2º bimestre, em relação a 2021, crescimento de R\$ 256 milhões (+66%), que se explica pelos aumentos reais de cerca de R\$ 1,2 bilhão nas despesas do PROAGRO e de R\$ 1 bilhão em equalização de investimento rural e agroindustrial.

No âmbito das despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira, há as obrigatórias com controle de fluxo que cresceram R\$ 12 bilhões (+54%) em função do aumento do valor pago ao “Auxílio Brasil”.

De um modo geral, o crescimento das despesas federais acompanha o crescimento das receitas, uma vez que despesas obrigatórias ad valorem crescem proporcionalmente ao aumento das receitas, e a ênfase no gasto social e nas desonerações contribui também para os números verificados.

Arrecadação Federal por base de incidência¹, valores absolutos e cresc. % - Acum. 2º bimestre de 2021 e 2022

Base de incidência	Acumulado 2º Bim		Acumulado 2º Bim	
	2021	2022	Var. R\$	Var. %
Total Receita Administrada pela RFB	402.546,25	492.684,27	90.138,02	22,39
Renda do trabalho	100.980,18	136.196,65	35.216,47	34,87
Lucratividade	126.989,83	186.577,03	59.587,21	46,92
Faturamento	113.591,43	116.482,10	2.890,67	2,54
Importação	31.098,47	27.854,09	-3.244,38	-10,43
Produção	13.128,00	13.708,45	580,45	4,42
Transações financeiras	12.633,48	18.873,04	6.239,56	49,39
Combustíveis	411,09	1.058,12	647,03	157,39
Ganho de capital	27.592,13	38.741,88	11.149,75	40,41
Folha de pagamento	-	-	-	-
Outras	6.357,11	8.959,92	2.602,82	40,94

Fonte: STN.

¹A rubrica da Renda do Trabalho refere-se à soma das arrecadações de IR – Pessoa Física, Rendimento do Trabalho e Outros; dentro da rubrica Lucratividade encontram-se os valores correspondentes a IR – Pessoa Jurídica e CSLL; no Faturamento encontra-se o somatório da COFINS e PIS/PASEP; na rubrica da Importação está a arrecadação total do IPI – Vinculado e das Importações em si; na Produção estão os valores referentes ao IPI – Fumo, IPI – Bebidas, IPI – Automóveis e IPI – Outros; as Transações Financeiras correspondem ao somatório das receitas de IOF e CPMF; dentro da rubrica de Combustíveis está o somatório total da receita de CIDE Combustíveis; Ganho de Capital diz respeito ao IRRF – Rendimentos do Capital e IRRF – Remessas ao Exterior e Folha de Pagamentos correspondem ao total de outras receitas do grupo.

3.2. RESULTADO PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO

O Setor Público Consolidado, composto pela União, Estados, Municípios e Empresas Estatais, registrou no 2º bimestre de 2022, superávit primário de R\$ 38,9 bilhões em relação a superávit de R\$ 24 bilhões no mesmo período de 2021. O Governo Central, bem como os governos regionais, assinalaram no 2º bimestre de 2022 superávits de R\$ 29,6 bilhões e de R\$ 10,3 bilhões respectivamente. Já as empresas estatais apresentaram resultado deficitário no período, da ordem de R\$ 1 bilhão no 2º bimestre, conforme relata o Banco Central.

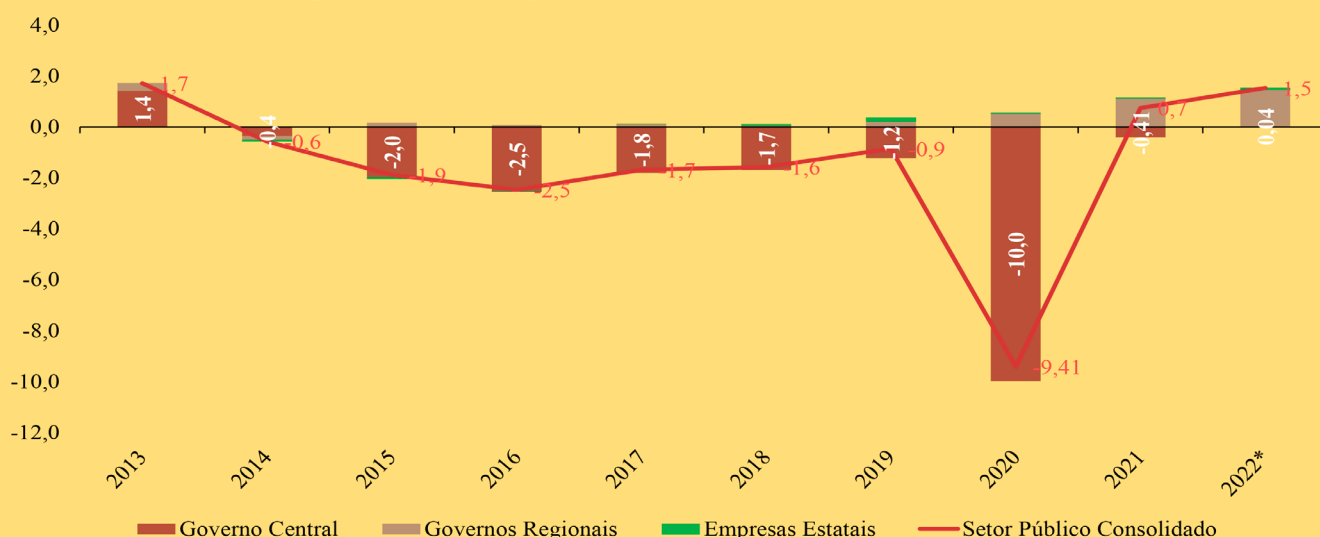
Conforme explanado na seção 3, esse superávit é atribuído, principalmente, ao aumento real da arrecadação do IR e do IOF que cresceram em função do aumento das operações de crédito, no caso do IOF e do IRPJ, no caso do IR. Nos Estados, houve também aumento real na arrecadação do ICMS em função do crescimento do setor de serviços e da aceleração no preço dos combustíveis.

As despesas do setor público consolidado com juros nominais, apropriadas pelo critério de competência, assinalaram no 2º bimestre de 2021, R\$ 79,9 bilhões ante uma

receita líquida de juros de R\$ 5,7 bilhões registrados em igual período em 2021. A essa evolução se atribui aos aumentos do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e da taxa SELIC no período, (que foi de 1,90% ao ano em 2021 para 2,65% no segundo bimestre em 2022), e pelo resultado das operações de swap cambial (no 2º bimestre de 2022 houve perdas de R\$ 15,4 bilhões, contra ganhos de R\$ 30 bilhões em igual período em 2021).

O resultado nominal é o mais utilizado para comparação internacional. No caso, trata-se do resultado primário acrescido dos juros da dívida pública (ou juros nominais apropriados). Este resultado, no segundo bimestre de 2022, foi deficitário em R\$ 41 bilhões, sendo um déficit que, no acumulado 12 meses, representa 3,90% do PIB, reflexo do alto crescimento das despesas com juros do setor público detalhadas anteriormente. Esse déficit, é considerado alto para os padrões internacionais e economias emergentes. Esse tipo de informação é levado em consideração por agências de classificação de risco de crédito dos países, indicador utilizado por investidores.

Evolução do Resultado primário do setor público consolidado em % do PIB de 2013 até 2º bimestre de 2022



Fonte: BCB



Dívida Líquida do Setor Público e Dívida Bruta do Governo Geral

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) chegou a R\$ 5,2 trilhões no segundo bimestre de 2022, valor que corresponde a 57,9% do PIB. Esse resultado, neste período de 2022, reflete os impactos da desvalorização cambial de 3,8%, do crescimento do PIB nominal (redução de 0,7 p.p), além dos resultados do superávit primário, parcialmente contrabalançados pelos juros nominais apropriados, e pela variação da paridade da cesta de moedas que integram a Dívida Externa Líquida.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que compreende governo federal, INSS e governos estaduais e municipais, atingiu no 2º bimestre de 2022 o valor de R\$ 7,1 trilhões, valor que corresponde a 78,3% do PIB. A essa evolução se atribui a incorporação de juros nominais (aumento de 5,8 p.p), ao efeito da desvalorização cambial e do crescimento do PIB nominal, além dos resgates líquidos de dívida.



AS DESPESAS COM JUROS NOMINAIS DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO, APROPRIADOS PELO CRITÉRIO DE COMPETÊNCIA, ASSINALARAM NO 2º BIMESTRE DE 2021, R\$ 79,9 BILHÕES ANTE UMA RECEITA LÍQUIDA DE JUROS DE R\$ 5,7 BILHÕES REGISTRADOS EM IGUAL PERÍODO EM 2021.

3.3. FINANÇAS PÚBLICAS MARANHENSES

a. Receitas

Comparativo das Receitas Estaduais do Maranhão do 2º bimestre de 2021 e 2022 - Valores em milhões, variação em (%)

Rótulos de Linha	Acum. do ano Jan-Abr		2º Bimestre		Var. absoluta		Var. %	
	2021 (a)	2022 (b)	2021 (c)	2022 (d)	(b)-(a)	(d)-(c)	(b)/(a)	(d)/(c)
Receitas Correntes	7.926,86	9.506,34	3.745,50	4.575,46	1.579,47	829,96	19,93	22,16
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.664,86	4.307,22	1.679,40	2.232,60	642,36	553,21	17,53	32,94
ICMS	3.100,49	3.510,41	1.426,03	1.799,70	409,92	373,67	13,22	26,20
IPVA	237,79	342,60	105,55	189,97	104,81	84,42	44,08	79,98
ITCD	9,67	12,74	4,55	8,33	3,07	3,78	31,77	83,10
IRRF	199,67	292,22	83,75	155,04	92,54	71,29	46,35	85,13
Taxas	117,24	149,26	59,52	79,57	32,01	20,05	27,30	33,69
Outros Impostos	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições	189,01	188,50	117,27	113,96	-0,51	-3,32	-0,27	-2,83
Receita de Serviços	0,65	26,32	0,59	25,10	25,67	24,51	3.925,59	4.143,03
Receita Patrimonial	18,36	80,97	10,86	53,82	62,61	42,96	341,13	395,41
Transferências Correntes	3.994,92	4.825,94	1.907,82	2.114,22	831,03	206,39	20,80	10,82
CIDE	5,57	15,03	2,45	8,02	9,46	5,57	169,82	227,07
FPE	3.034,56	3.794,58	1.327,44	1.647,99	760,03	320,54	25,05	24,15
SUS	204,29	157,31	92,30	76,07	-46,98	-16,23	-23,00	-17,59
FUNDEB	303,84	336,04	177,01	134,95	32,20	-42,06	10,60	-23,76
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	76,32	-61,42	17,09	-19,90
Outras Receitas Correntes	59,06	77,37	29,55	35,76	18,31	6,21	31,00	21,02
Receitas Correntes - INTRA	245,67	286,49	195,99	181,96	40,82	-14,03	16,62	-7,16
Receitas de Capital	4,41	234,84	-16,20	234,84	230,43	251,04	5.223,61	-1.549,39
Operações de Crédito	2,83	-	-17,67	-	-2,83	17,67	-100,00	-100,00
BID/PROFISCO	1,80	-	1,30	-	-1,80	-1,30	-100,00	-100,00
Banco do Brasil/BNDES/Gov. do Estado	-	-	-20,00	-	-	20,00	-	-100,00
Caixa Econômica Federal	1,03	-	1,03	-	-1,03	-1,03	-100,00	-100,00
Alienação de Bens	1,32	0,00	1,32	-	-1,32	-1,32	-99,99	-100,00
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	0,62	0,15	0,62	0,62	0,47	-	313,60
Outras Receitas de Capital	0,00	234,21	0,00	234,21	234,21	234,21	4.948,687,72	-
Receitas Intra Orçamentárias de Capital	105,45	-	2,70	-	-105,45	-2,70	-100,00	-100,00
Deduções (-)	0,00	0,00	0,00	0,00	412,73	0,00	21,53	7,10
Total Geral	6.365,19	7.697,74	3.055,14	3.836,85	1.332,54	781,71	20,93	25,59

Fonte: SEPLAN/MA

No comparativo interanual entre 2º bimestre de 2022 e 2021, as Receitas Correntes estaduais registraram crescimento de R\$ 829 bilhões (+22,16%). As Receitas de Capital verificaram, na mesma base sazonal de comparação, aumento de R\$ 251 milhões (+1.549%). O balanço total das receitas, com as deduções aplicadas foi um aumento de R\$ 781 milhões (+25,59%) no período considerado.

i. Receitas de Transferências

As Transferências Correntes registraram, no 2º bimestre de

2022, aumento de R\$ 206 milhões (+10,82%) em comparação com o ano anterior.

Esse aumento é resultante principalmente do crescimento na cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e das transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). A cota-parte do FPE no 2º bimestre de 2022, em comparação com período análogo no ano anterior, registrou aumento no valor de R\$ 320 milhões (+24,15%). A esse crescimento pode ser atribuída a melhoria na arrecadação do IR e do IPI, uma vez

que o montante que forma a FPE é formado por uma parte da arrecadação total destes dois tributos, os quais, por sua vez, cresceram em função, principalmente, do bom desempenho econômico do setor de serviços.

Com relação às transferências do FUNDEB, estas verificaram, no 1º quadrimestre de 2022, acréscimo de R\$ 32 milhões (+10,6%) em relação a igual período em 2021, evolução essa que pode ser atribuída à já mencionada instituição do novo FUNDEB que aumentou o valor da contribuição da União para os Estados, passando a ser de 15% ante os 12% repassados anteriormente.

ii. Outras Receitas Correntes

As Outras Receitas Correntes assinalaram, no 2º bimestre de 2022, em relação a igual período em 2021, um crescimento da ordem de R\$ 6,2 milhões (+21%). A essa evolução pode se atribuir um aumento em diversos tipos de restituições, e nas multas administrativas, contratuais e judiciais previstas em legislação específica.

Em relação às Receitas de Capital, essas registraram aumento influenciadas pelo grande acréscimo na rubrica de Outras Receitas de Capital e também pelo crescimento das Transferências de capital.

iii. Receitas Tributárias

Os seguintes grupos de atividade registraram os maiores pesos no recolhimento do Imposto sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no 2º bimestre de 2022:

Combustíveis, que realizaram no 2º bimestre 2021 arrecadação de R\$ 631,2 milhões (+R\$ 191 milhões; +43,3%), resultado do aumento da arrecadação no comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados do petróleo com exceção dos lubrificantes, e da fabricação de produtos oriundos do refino do petróleo. Tais

altas estão fortemente correlacionadas com os aumentos no câmbio (uma vez que desde 2016 a Petrobrás adota a política de Preço de Paridade Internacional (PPI), no qual o preço dos combustíveis segue o valor do petróleo no mercado internacional – cobrado em dólares) e do IPCA, além do encarecimento dos custos de produção que também estão relacionados com estas variáveis. O preço se eleva não porque o preço da commodity em si é alto, mas porque o dólar está mais caro. Portanto, a combinação destes fatores apresenta potencial para pressionar o preço dos combustíveis e, conseqüentemente, fazer com que a dinâmica da arrecadação seja positiva.

Comércio Atacadista, verificou no 2º bimestre de 2022, arrecadação de R\$ 318 milhões (+R\$ 54,4 milhões/+20,63%) com forte presença, nesse número, do comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, que verificou no 2º bimestre de 2022 arrecadação de R\$ 61,4 milhões. Tal aumento na arrecadação em 2022 teve forte participação da alta do nível de preços para o setor alimentício, com destaque para o leite longa-vida, a batata inglesa, o tomate, o óleo de soja, pão francês e as carnes. Como o Brasil é grande exportador de todos estes itens, o crescimento da demanda internacional por estes produtos contribuiu para redução da oferta para o mercado interno, de modo a pressionar os preços dos itens.

Energia Elétrica: A arrecadação de ICMS sobre a Energia Elétrica registrou valor de R\$ 190,4 milhões (+R\$ 155 milhões/+21,9%). Apesar disso, em abril, a energia elétrica residencial ficou 6,27% mais barata pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15). Apesar do recuo no nível de preços do setor, em função do retorno da bandeira verde pós- crise hídrica, empresas do setor de serviços e indústria tornaram a consumir energia elétrica em grande quantidade, conforme informações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

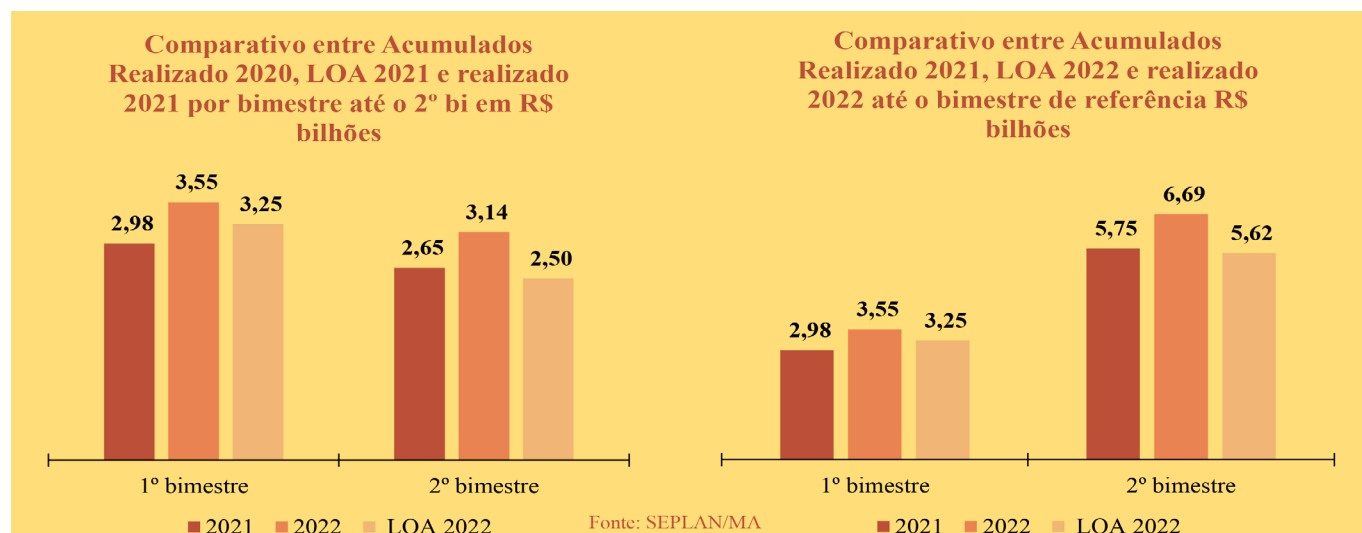
Arrecadação de ICMS por Setor e Grupo de Atividade Econômica, valores nominais em R\$ Milhões – 2º bimestre de 2021 e 2022

Setor Econ. e Grupo de Atividade	Acumulado do Ano de Jan-Abr		2º Bimestre		Var. Absoluta		Var. %	
	2021 (a)	2022 (b)	2021 (c)	2022 (d)	(b)-(a)	(d) - (c)	(b)/(a)	(d)/(c)
Primário	20,69	29,79	11,05	16,26	9,09	5,21	43,94	47,15
Agricultura	4,78	10,60	2,63	5,86	5,82	3,23	121,86	123,16
Pecuária	15,03	18,32	8,18	9,81	3,28	1,63	21,85	19,88
Pesca e Aquicultura	0,25	0,22	0,12	0,11	-0,04	-0,01	-14,75	-8,78
Produção Florestal	0,25	0,65	0,13	0,49	0,40	0,36	157,14	284,97
Secundário	1279,81	1569,19	599,86	845,52	289,38	245,66	22,61	40,95
Combustível	783,11	1023,57	382,48	579,31	240,46	196,82	30,71	51,46
Energia Elétrica	12,13	22,76	10,08	14,87	10,64	4,79	87,69	47,50
Indústria de Transformação	476,48	508,73	203,69	244,35	32,25	40,66	6,77	19,96
Indústria Extrativista	5,49	8,79	2,46	4,36	3,30	1,90	60,09	77,35
Indústria - Outras	2,59	5,33	1,15	2,64	2,73	1,49	105,35	129,18
Terciário	1752,19	1878,54	786,26	909,65	126,35	123,39	7,21	15,69
Combustível	152,76	100,93	57,78	51,97	-51,83	-5,81	-33,93	-10,06
Comércio Atacadista	531,35	621,77	264,18	318,67	90,43	54,49	17,02	20,63
Comércio Varejista	460,32	501,38	197,57	233,12	41,06	35,55	8,92	18,00
Energia Elétrica	307,58	365,78	145,75	175,53	58,19	29,78	18,92	20,43
Outros Serviços	43,22	41,06	20,74	20,92	-2,17	0,19	-5,02	0,89
Serviços de Comunicação	185,49	125,07	67,43	62,11	-60,42	-5,32	-32,57	-7,89
Serviços de Transporte	71,46	122,55	32,80	47,32	51,09	14,52	71,50	44,27
Total	3052,69	3477,51	1397,17	1771,44	424,82	374,27	13,92	26,79

Fonte: BI-SEFAZ/MA.



iv. Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2020



No 2º bimestre de 2022, o total das principais receitas do Estado continuaram crescendo significativamente em relação ao orçado pela Lei Orçamentária de 2022. O primeiro bimestre trazia uma recuperação mais lenta, destacadamente pelo ICMS mais fraco no mês de janeiro e meados de fevereiro – devido à queda dos preços dos combustíveis, contudo, a partir do segundo bimestre há uma nova inflexão que deriva do efeito Rússia e Ucrânia.

Dessa forma, o segundo bimestre de 2022 dá continuidade no crescimento da arrecadação do FPE – que se deve à arrecadação de IPI e IR crescentes; e a receita Maranhense também é reforçada pelo exógeno impacto da invasão Russo-Ucraniana, gerando reflexos na arrecadação tributária – destacadamente de ICMS.

Nesse bojo, no 2º bimestre as receitas atinentes a ICMS registraram superavit de R\$ 217,6 milhões e as do FPE de R\$ 262,5 milhões. Além disso, todas as demais receitas apresentaram superavit orçamentário, registrando ao todo R\$ 637,1 milhões de excesso.

No acumulado até o 2º bimestre, apenas o IPVA registrou frustração em relação a LOA 2022. A soma de todas as receitas perfez excesso de arrecadação na ordem de R\$ 939,9 milhões. O principal responsável por esse resultado no agregado anual é a o FPE que perfez R\$ 534,8 milhões. Em seguida está o ICMS com R\$ 213,8 milhões; posteriormente o IR com R\$ 92,3 milhões, depois o FUNDEB com R\$ 75,7 milhões e por fim o SUS com R\$ 23 milhões. As demais também registraram excesso, contudo, possuem menor peso proporcional em relação ao total.

No acumulado do ano para o ICMS e o FPE mantém-se a

mesma lógica apresentado na ótica do bimestre. Enquanto para o IR o crescimento acima do esperado reflete a recuperação econômica e os reajustes salariais dados no início de 2022.

Por sua vez o FUNDEB, cresce devido ao aumento dos repasses devido ao crescimento do bolo de contribuição por parte de maior complementação da União conforme fora apresentado no Relatório de Transparência Fiscal do Maranhão do 1º bimestre de 2022.

No que se refere as demais receitas, a valoração está sustentada no crescimento econômico e inflação conforme retromencionado. É primevo trazer à tona que o crescimento das receitas, ainda que acima das expectativas, não é uma constante certa e factível no longo prazo.

Os motivos para desconfiar da sustentabilidade desse crescimento, deriva, sobretudo, da forma como ele vem se dando – através de processos exógenos - leia-se, elevação dos preços das commodities, impactos da pandemia e conflito da Rússia e Ucrânia.

Além disso, há as discussões em âmbito nacional atinentes à redução de alíquotas do IPI - que desencadeará em perdas para o FPE por exemplo, bem como, questões de aumento das despesas como o piso da enfermagem.

Considerando esses vetores, apesar do crescimento da receita nesses dois primeiros bimestres, deve-se manter a perspectiva de prudência para os gastos públicos visando os riscos fiscais atinentes à mudanças legislativas e à volatilidade da economia brasileira em relação ao setor externo, principalmente, ao câmbio e nível de preços de mercadorias-chave como Combustíveis e Lubrificantes.

Excesso/frustração por bimestre e acumulado 2022 realizado x Orçado na LOA 2021 – Principais Receitas¹

Principais receitas	1º bimestre	2º bimestre	Ano
ICMS	- 3.708.720,81	217.571.207,89	213.862.487,09
IR	59.524.031,27	32.819.124,50	92.343.155,77
ITCD	- 1.215.647,35	4.193.545,52	2.977.898,17
IPVA	- 21.275.714,35	6.666.196,27	- 14.609.518,08
CIDE	1.519.548,93	2.437.931,07	3.957.480,00
Taxas	- 9.877.559,87	16.910.287,80	7.032.727,93
FPE	272.280.976,53	262.492.414,19	534.773.390,72
FUNDEB	- 8.224.762,54	83.927.535,19	75.702.772,65
SUS	13.778.510,51	10.100.508,11	23.879.018,62
Total	302.800.662,32	637.118.750,54	939.919.412,86

Fonte: SEPLAN/MA ¹soma historicamente mais de 95% das receitas totais do Estado do Maranhão.

b. Despesas

Comparativo das Despesas Estaduais do Maranhão do 2º bimestre de 2021 e 2022 e acumulado de Janeiro a Abril – Valores em milhões, variação em (%)*

Descrição das Despesas	Acumulado do ano Jan-Abr		2º bim		Var. absoluta		Var. %	
	2020 (a)	2021 (b)	2020 (c)	2021 (d)	(b)-(a)	(d)-(c)	(b)/(a)	(d)/(c)
Despesas Correntes	5.510,75	6.668,50	3.006,97	3.548,19	1.157,75	541,22	21,01	18,00
Pessoal, e Encargos Sociais	2.887,07	3.424,72	1.608,71	1.812,86	537,65	204,14	18,62	12,69
Outras Despesas Correntes	2.491,89	3.100,81	1.358,33	1.689,26	608,92	330,93	24,44	24,36
Juros e Encargos da Dívida	131,79	142,96	39,93	46,07	11,17	6,14	8,48	15,37
Despesas de Capital	1.036,30	1.555,18	565,71	917,79	518,87	352,08	50,07	62,24
Investimentos	626,42	1.115,09	477,09	815,05	488,67	337,95	78,01	70,84
Inversões Financeiras	56,40	27,76	24,22	27,00	-28,64	2,78	-50,78	11,50
Amortização da Dívida	353,48	412,33	64,40	75,75	58,85	11,35	16,65	17,62
Total Geral	6.547,05	8.223,68	3.572,68	4.465,98	1.676,62	893,30	25,61	25,00

Fonte: SEPLAN-MA

A despesa, tal como a receita, é classificada em duas categorias econômicas: Despesas Correntes e Despesas de Capital. As despesas de capital são aquelas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, já as despesas correntes são as que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, e costumam estar associadas às despesas rotineiras, como o custeio da máquina pública, despesa de pessoal e juros e amortização das dívidas públicas.

A partir da análise da tabela acima, é possível perceber que no acumulado do 2º bimestre de 2022 as Despesas Totais do Estado somam o valor de R\$ 8,2 bilhões. Tal registro caracteriza crescimento de R\$ 1,6 bilhão (+25,60%) quando comparado ao mesmo período de 2021. Nas Despesas Correntes, observa-se crescimento de R\$ 1,2 bilhão (+21,00%) entre os períodos evidenciados na tabela.

Dentro das Categorias Econômicas das Despesas Correntes, o grupo Outras Despesas Correntes (qual é comumente composto pela maior parte do custeio da máquina pública), registrou crescimento de R\$ 608 milhões (+24,43%) e foi o maior contribuinte para o crescimento das despesas maranhenses, quando se compara o período entre o acumulado do 2º bimestre de 2021 e de 2022. O maior responsável pelo aumento em tal grupo são as Transferências à União/Serviços de terceiros, que configura valor de R\$ 1,7 bilhão, dando destaque principalmente aos Serviços Médicos Hospitalares, Odontológicos e Laboratoriais que somam o valor de R\$ 1,1 bilhão. Esse fenômeno pode ser justificado através do crescimento da infraestrutura de saúde pública do Estado – que decorreu do combate à pandemia e que se manteve em funcionamento.

Ainda na mesma categoria econômica, o segundo maior crescimento foi registrado em Pessoal e Encargos Sociais, o valor destacado no 2º bimestre de 2022 registra crescimento de R\$ 537 milhões em relação ao mesmo período de 2021. Tal crescimento pode ser explicado pelo aumento do valor dos Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoa Civil que somam R\$ 1,6 bilhão (sendo este o valor total do período), sendo seguido pelos benefícios previdenciários de aposentados e reformados do Estado, que correspondem a R\$ 725 milhões no acumulado do 2º bimestre de 2022. Os aposentados do poder executivo apresentam o valor R\$ 530 milhões, tornando-se o maior entre os beneficiados. Essa valoração

reflete, principalmente os impactos dos não reajustes acumulados ao longo da pandemia e a forte corrosão do poder de compra com o crescimento da inflação, que exerceu pressões políticas para que fossem reajustados rapidamente em 2022 devido ao período eleitoral que implicará em restrições para aumento de despesa de pessoal.

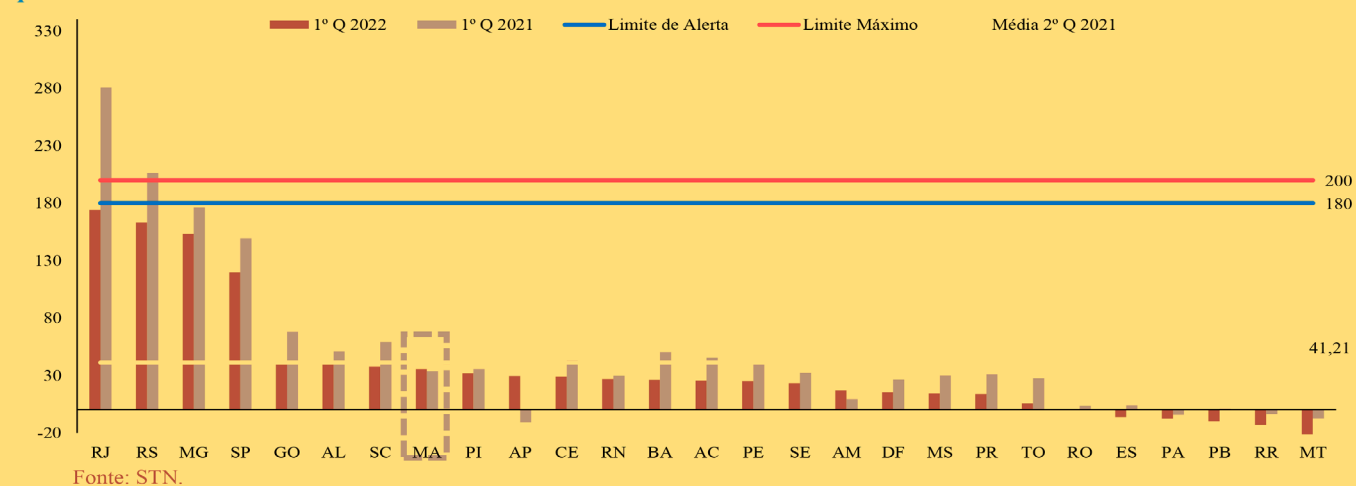
Já o grupo de Investimentos, que integra a categoria econômica de Despesas de Capital, assinalou crescimento de R\$ 488 milhões (+78,01%) no acumulado do 2º bimestre de 2022 em relação ao mesmo período de 2021. O crescimento neste grupo se dá principalmente pelas Obras e Instalações, que correspondem a 939 milhões, sendo esse seu valor total no acumulado do 2º período de 2022, sobressaindo-se neste grupo as Obras Públicas de uso comum do povo, que correspondem ao valor de R\$ 354 milhões. Ainda neste mesmo grupo, há a amortização da dívida, que no 2º bimestre de 2022 registrou o valor total de R\$ 412 milhões e teve um crescimento em torno de R\$ 58 milhões (+16,65%) comparado ao mesmo período de 2021. Neste valor total que foi registrado no acumulado do 2º semestre de 2022, a amortização da dívida contratual (externa) registrou o valor de R\$ 260 milhões, sendo este o maior resultado, enquanto a amortização da dívida contratual foi responsável por R\$ 152 milhões.

NO ACUMULADO DO 2º BIMESTRE DE 2022 AS DESPESAS TOTAIS DO ESTADO SOMAM O VALOR DE R\$ 8,2 BILHÕES, TAL REGISTRO CARACTERIZA CRESCIMENTO DE R\$ 1,6 BILHÃO (+25,60%) QUANDO COMPARADO AO MESMO PERÍODO DE 2021.

As despesas totais do Estado cresceram 25,61% no acumulado até o segundo bimestre de 2022, totalizando R\$ 1,6 bilhões. Esse crescimento veio mais forte das Despesas Correntes que totalizaram R\$ 6 bilhões no acumulado de 2022 e cresceram 21%. Enquanto as Despesas de Capital responderam por apenas 50,07%, e somaram R\$ 1,5 bilhão. Dessa forma, o principal responsável pela valoração das contas foram as Despesas Correntes, seguido pelas Despesas de Capital que também responderam pela valoração das receitas.



Participação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) dos Estados (%) – 1º quadrimestre de 2021 e 2022



A análise da relação entre Dívida Consolidada Líquida (DCL) e Receita Corrente Líquida (RCL) é fundamental para a Gestão da Dívida Pública, pois é por meio desta relação que a LRF estabelece os limites de endividamento, e estes são o Limite de Alerta (180% da RCL) e o Limite Máximo (200% da RCL). No 1º quadrimestre de 2022, a DCL do Estado chegou a 35,5% da RCL, representando um aumento de 1,74 p.p do valor referente ao mesmo período do ano passado, porém uma redução de 5,8 p.p em relação ao quadrimestre imediatamente anterior. Comparando os mesmos períodos em 2021 e 2022, houve um leve aumento dessa relação de endividamento, porém, compensada pelo incremento das receitas, em ritmo maior, resultando em uma queda na relação DCL/RCL.

Comparando com os demais entes da federação, tem-se uma visão mais clara do bom indicador que o Estado tem alcançado com sua política fiscal. Longe do limite imposto pela LRF, o Maranhão tem buscado prezar pelo equilíbrio das contas públicas, o que, além de ter o viés legal imposto por Lei, é primordial para a continuidade dos investimentos nos diversos setores econômicos. É importante destacar que estes perfis de comprometimento da receita interferem na análise de pagamento dos estados. Em casos de não-adequação o ente fica inibido de realizar novas contratações com Operações de Crédito, prejudicando seu raio de ação nos investimentos financeiros.

No que tange à Despesa Total com Pessoal (DTP), a LRF estabelece os seguintes limites: Limite Prudencial que se encontra entre o Limite de Alerta e o Limite Máximo. Isso ocorre pois, já a partir do Limite Prudencial, a não observância dos limites enseja proibições ao gestor cuja desobediência pode acarretar sanções penais ao mesmo.

A DTP é dividida em esferas do poder público, cada qual com seus limites próprios. São elas: o Executivo (Limite de Alerta, 44,10% da RCL; Limite Prudencial: 46,55% da RCL; Limite Máximo: 49% da RCL), Legislativo (Limite de Alerta, 2,70% da RCL; Limite Prudencial, 2,85% da RCL; Limite Máximo, 3% da RCL), Judiciário (Limite de Alerta, 5,4% da RCL; Limite Prudencial, 5,7% da RCL; Limite Máximo, 6% da RCL), Ministério Público (Limite de Alerta, 1,8% da RCL; Limite Prudencial, 1,9% da RCL; Limite Máximo, 2% da RCL)

e Defensoria Pública. A soma geral define os limites para o Consolidado, que são 54%, 57% e 60%.

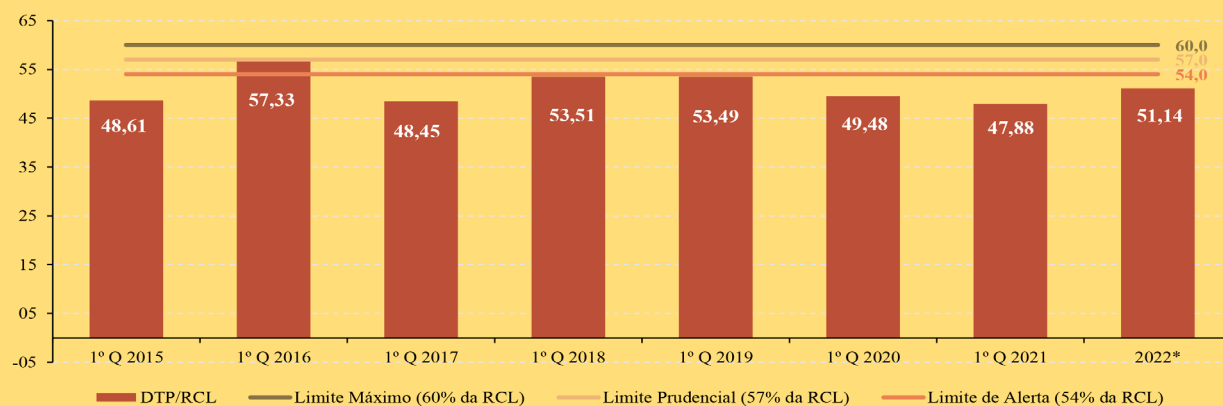
O primeiro gráfico do quadro abaixo ilustra a evolução da DTP do Consolidado em relação à RCL do Estado considerando o 3º Quadrimestre de 2015 a 2021. Observa-se que na comparação sazonal do 1º quadrimestre de 2021 e 2022 a DTP consolidada passa por um acréscimo de 3,26 p.p.

Nos grupos de Despesa com Pessoal que se encontram dentro do Consolidado e representado pelo terceiro gráfico do quadro, a relação DTP/RCL do Ministério Público atingiu 2,09% ultrapassando seu limite máximo de 2%. Já o Legislativo aproximou-se do seu limite máximo (2,84%). O Judiciário manteve-se abaixo do Limite máximo de 6%, registrando 5,22% da RCL, o mesmo para o Executivo que registrou 35,7% em um limite de 49%. Na tabela comparativa de Despesa com Pessoal das Unidades Federativas abaixo é possível ver que o Estado do Maranhão detém a 2º menor Despesa com Pessoal do Executivo sobre a Receita Corrente Líquida.

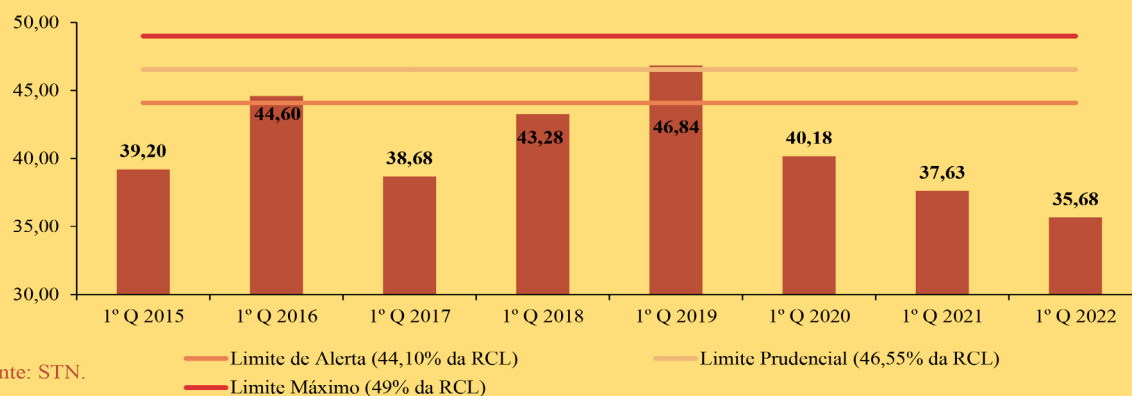
A ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) E RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) É FUNDAMENTAL PARA A GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA.

No segundo gráfico abaixo, analisando apenas a Despesa Total com Pessoal (DTP) do Poder Executivo, destaca-se que o Maranhão não atingiu o Limite de Alerta nem no 1º Quadrimestre de 2021 e nem no de 2022. Observa-se que no Poder Executivo diferentemente ao que ocorre ao Consolidado, apresenta uma redução na relação DTP/RCL entre o 1º quadrimestre de 2021 e 2022, verificando um decréscimo de 1,95 p.p. A redução observada pode ser atribuída à vigência da LC nº 173/2020 que limitou, entre outras coisas, o crescimento das Despesas com Pessoal dos Entes Federados até 31 de dezembro de 2021, além disso há também o crescimento natural da Despesa com Pessoal (reajustes, inflação), bem como a evolução da despesa previdenciária em função da dinâmica da Previdência.

Relação da Despesa Total com Pessoal (DTP) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) do Maranhão – Consolidado – 1º Quadrimestre de 2022



Relação da Despesa Total com Pessoal (DTP) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) do Maranhão - Poder Executivo e Relação DTP/RCL por Poder e Estado – 1º Quad 2022



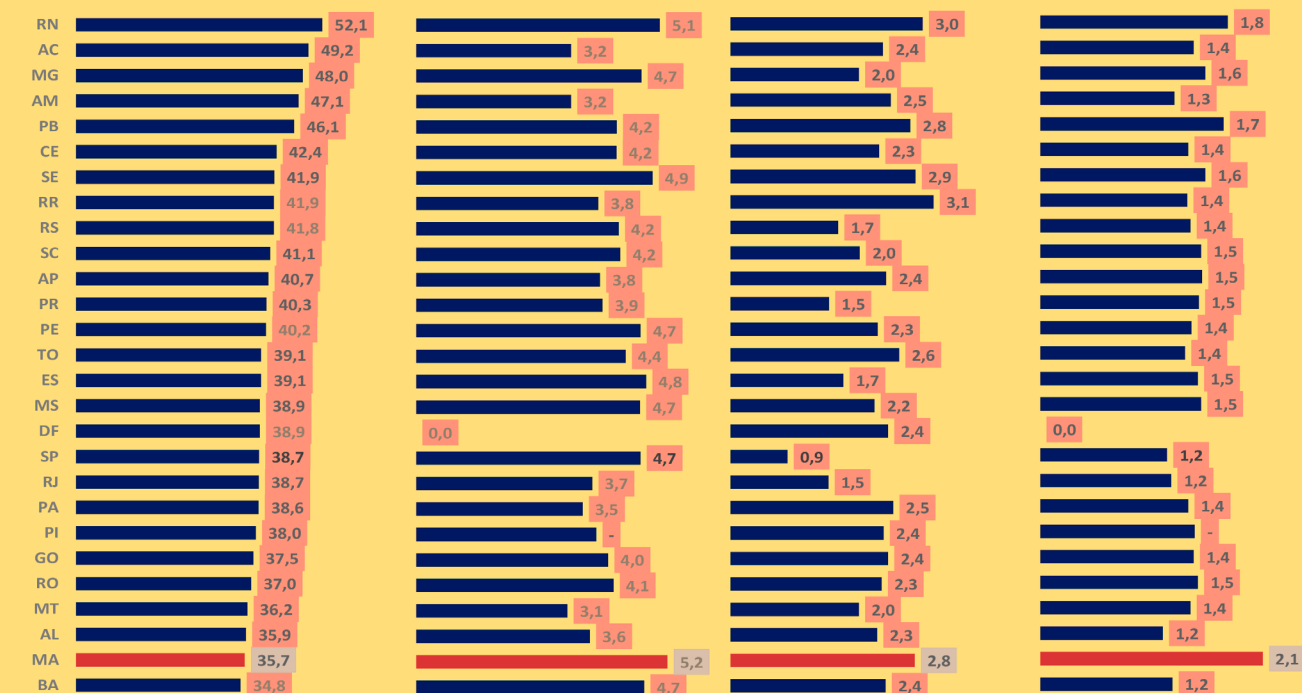
Fonte: STN.

Executivo (49%)

Judiciário (6%)

Legislativo (3%)

Min. Público (2%)

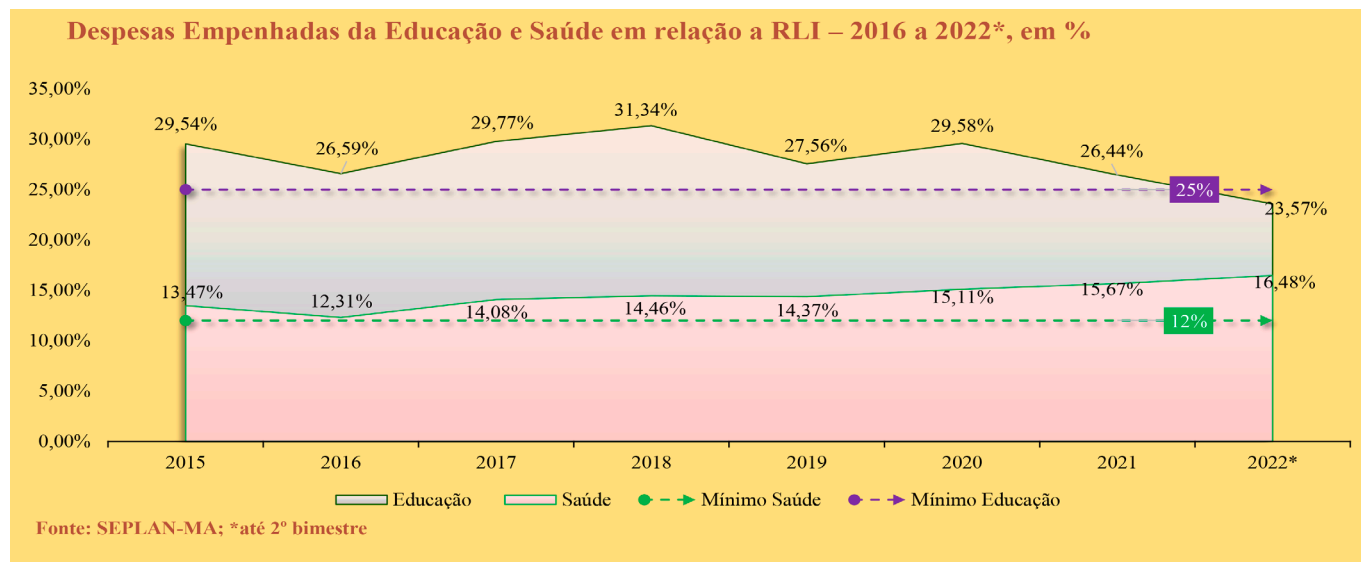


Fonte: STN.



Segundo o art. 212º da Constituição Federal de 1988, os estados e municípios deverão aplicar pelo menos, 25% da Receita Líquida de Impostos (RLI) na manutenção e desenvolvimento do ensino. Para a Saúde, o mínimo deve ser equivalente a 12% da RLI, conforme o art. 77º, inciso II da Carta Magna. Nesse aspecto, o gráfico a seguir demonstra os mínimos constitucionais referentes a Educação e Saúde do Maranhão de 2015 a 2021. Observa-se que o montante de recursos aplicado pelo Estado na Saúde foi superior ao

estabelecido pela legislação: no 2º bimestre de 2022, foram destinados cerca de 16,48% da RLI (R\$ 1,4 bilhão) para despesas com Saúde, ultrapassando em aproximadamente R\$ 313 milhões o mínimo para atingimento do limite obrigatório. Já no que se refere à Educação, no 2º bimestre de 2022 os empenhos com Saúde registraram 23,57% da RLI (R\$ 1,6 bilhão), demonstrando valores inferiores ao mínimo constitucional, o equivalente a R\$ 100 milhões ou 1,43 p.p. abaixo do obrigatório.



Tópicos Extras

REPASSES DE COTA-PARTE DE ICMS, IPVA E FPEX AOS MUNICÍPIOS

O Índice de valores a serem repassados aos Municípios é composto em 75% da proporção do Valor Adicionado do ICMS, 50% do IPVA e 10% do FPEX (conforme Art. 159 da Constituição Federal) arrecadados em seus territórios; 15% em quotas iguais para todos

os municípios; 5% na proporção da população do município em relação ao Estado e 5% na proporção da área territorial do Município relativa à do Estado. Os valores dos repasses são divulgados mensalmente pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ-MA).

Município	Coeficiente de Repasse	Valor do Repasse 1º Bim 2022
ACAILANDIA	3,35	68.001.018,65
AFONSO CUNHA	0,09	1.746.889,32
ÁGUA DOCE DO MARANHÃO	0,09	1.865.919,85
ALCANTARA	0,13	2.624.038,57
ALDEIAS ALTAS	0,20	3.976.483,66
ALTAMIRA DO MARANHÃO	0,11	2.201.754,60
ALTO ALEGRE DO MARANHÃO	0,18	3.734.863,70
ALTO ALEGRE DO PINDARE	0,16	3.192.200,72
ALTO PARNAIBA	0,70	14.298.724,26
AMAPA DO MARANHÃO	0,09	1.731.118,21
AMARANTE DO MARANHÃO	0,35	7.171.429,22
ANAJATUBA	0,13	2.623.042,28
ANAPURUS	0,19	3.818.583,56
APICUM ACU	0,10	2.020.109,67
ARAGUANA	0,10	2.008.243,00
ARAIOSES	0,16	3.257.274,16
ARAME	0,21	4.295.782,22
ARARI	0,17	3.517.797,91
AXIXA	0,09	1.858.045,55
BACABAL	1,04	21.139.407,61
BACABEIRA	0,35	7.042.045,26
BACURI	0,10	2.110.849,81
BACURITUBA	0,08	1.568.788,97
BALSAS	3,97	80.545.072,18
BARAO DE GRAJAU	0,22	4.530.201,53
BARRA DO CORDA	0,50	10.135.798,39
BARREIRINHAS	0,32	6.491.887,26
BELA VISTA DO MARANHÃO	0,10	2.008.406,79
BELAGUA	0,08	1.641.527,65
BENEDITO LEITE	0,11	2.263.827,12
BEQUIMAO	0,12	2.462.931,69
BERNARDO DO MEARIM	0,08	1.681.886,52

BOA VISTA DO GURUPI	0,09	1.850.841,87
BOM JARDIM	0,43	8.736.404,56
BOM JESUS DAS SELVAS	0,34	6.910.851,55
BOM LUGAR	0,12	2.372.446,43
BREJO	0,26	5.348.421,41
BREJO DE AREIA	0,10	1.944.736,75
BURITI	0,17	3.541.581,21
BURITI BRAVO	0,15	3.012.279,32
BURITICUPU	0,55	11.067.753,39
BURITIRANA	0,12	2.431.327,55
CACHOEIRA GRANDE	0,09	1.748.871,23
CAJAPIO	0,09	1.760.520,69
CAJARI	0,10	2.013.083,38
CAMPESTRE DO MARANHÃO	0,31	6.244.536,37
CANDIDO MENDES	0,12	2.430.180,21
CANTANHEDE	0,12	2.436.927,71
CAPINZAL DO NORTE	0,19	3.946.770,82
CAROLINA	0,48	9.729.663,11
CARUTAPERA	0,16	3.257.678,74
CAXIAS	1,60	32.397.528,90
CEDRAL	0,08	1.721.935,62
CENTRAL DO MARANHÃO	0,08	1.613.451,27
CENTRO DO GUILHERME	0,10	2.128.679,11
CENTRO NOVO DO MARANHÃO	0,23	4.699.757,81
CHAPADINHA	0,45	9.084.704,57
CIDELANDIA	0,19	3.940.819,09
CODO	0,77	15.717.647,77
COELHO NETO	0,25	5.156.501,71
COLINAS	0,27	5.387.989,22
CONCEICAO DO LAGO ACU	0,11	2.196.587,77
COROATA	0,28	5.581.947,44
CURURUPU	0,15	3.094.432,39
DAVINOPOLIS	0,64	13.015.741,04
DOM PEDRO	0,20	4.032.913,35
DUQUE BACELAR	0,09	1.745.356,08
ESPERANTINOPOLIS	0,13	2.671.627,90
ESTREITO	1,06	21.540.855,36
FEIRA NOVA DO MARANHÃO	0,11	2.288.471,91
FERNANDO FALCAO	0,19	3.762.270,87
FORMOSA DA SERRA NEGRA	0,20	4.132.491,19
FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	0,22	4.363.842,65
FORTUNA	0,11	2.328.206,04
GODOFREDO VIANA	0,40	8.025.149,99
GONCALVES DIAS	0,13	2.571.788,31
GOVERNADOR ARCHER	0,09	1.897.716,11
GOVERNADOR EDSON LOBAO	0,25	5.012.904,10
GOVERNADOR EUGENIO BARROS	0,12	2.389.573,96



GOVERNADOR LUIZ ROCHA	0,09	1.893.187,72
GOVERNADOR NEWTON BELLO	0,13	2.589.637,50
GOVERNADOR NUNES FREIRE	0,16	3.266.677,14
GRACA ARANHA	0,09	1.740.135,32
GRAJAU	0,86	17.530.171,54
GUIMARAES	0,09	1.859.429,72
HUMBERTO DE CAMPOS	0,14	2.789.778,93
ICATU	0,11	2.312.322,31
IGARAPE DO MEIO	0,19	3.945.429,50
IGARAPE GRANDE	0,12	2.484.941,25
IMPERATRIZ	8,27	167.770.838,14
ITAIPAVA DO GRAJAU	0,11	2.189.591,65
ITAPECURU MIRIM	0,45	9.152.170,71
ITINGA DO MARANHAO	0,44	9.016.965,26
JATOBA	0,09	1.877.733,88
JENIPAPO DOS VIEIRAS	0,12	2.531.855,31
JOAO LISBOA	0,24	4.866.706,84
JOSELANDIA	0,11	2.180.570,18
JUNCO DO MARANHAO	0,09	1.728.138,51
LAGO DA PEDRA	0,30	6.044.786,26
LAGO DO JUNCO	0,10	2.032.378,24
LAGO DOS RODRIGUES	0,09	1.923.692,11
LAGO VERDE	0,12	2.535.922,95
LAGOA DO MATO	0,11	2.190.260,48
LAGOA GRANDE DO MARANHAO	0,11	2.210.940,20
LAJEADO NOVO	0,11	2.298.118,23
LIMA CAMPOS	0,26	5.231.437,56
LORETO	0,41	8.263.544,99
LUIS DOMINGUES	0,08	1.651.638,24
MAGALHAES DE ALMEIDA	0,12	2.513.076,23
MARACACUME	0,16	3.184.779,61
MARAJA DO SENA	0,11	2.178.622,23
MARANHAOZINHO	0,11	2.312.834,35
MATA ROMA	0,17	3.356.132,20
MATINHA	0,13	2.723.310,03
MATOES	0,16	3.285.856,82
MATOES DO NORTE	0,10	1.949.050,22
MILAGRES DO MARANHAO	0,09	1.836.383,52
MIRADOR	0,29	5.783.614,35
MIRANDA DO NORTE	0,73	14.855.893,20
MIRINZAL	0,11	2.302.533,07
MONCAO	0,14	2.798.322,02
MONTES ALTOS	0,13	2.666.596,26
MORROS	0,13	2.562.087,79
NINA RODRIGUES	0,09	1.813.880,13
NOVA COLINAS	0,12	2.352.321,40
NOVA IORQUE	0,12	2.353.523,99

NOVA OLINDA DO MARANHÃO	0,15	3.012.995,43
OLHO D'ÁGUA DAS CUNHAS	0,20	4.062.015,83
OLINDA NOVA DO MARANHÃO	0,10	1.938.623,37
PACO DO LUMIAR	0,66	13.405.941,17
PALMEIRANDIA	0,10	2.115.217,98
PARAIBANO	0,15	2.944.082,75
PARNARAMA	0,28	5.651.384,54
PASSAGEM FRANCA	0,14	2.747.529,32
PASTOS BONS	0,18	3.629.840,05
PAULINO NEVES	0,48	9.814.167,35
PAULO RAMOS	0,18	3.645.059,52
PEDREIRAS	0,38	7.684.907,89
PEDRO DO ROSÁRIO	0,12	2.535.473,01
PENALVA	0,14	2.934.395,94
PERI MIRIM	0,09	1.916.267,90
PERITORO	0,17	3.524.719,84
PINDARE MIRIM	0,17	3.540.639,79
PINHEIRO	0,51	10.445.409,55
PIO XII	0,15	2.998.510,59
PIRAPEMAS	0,11	2.170.720,61
POCÃO DE PEDRAS	0,13	2.647.458,01
PORTO FRANCO	0,73	14.720.290,01
PORTO RICO DO MARANHÃO	0,08	1.557.779,81
PRESIDENTE DUTRA	0,43	8.624.738,17
PRESIDENTE JUSCELINO	0,09	1.734.853,34
PRESIDENTE MEDICI	0,09	1.762.082,28
PRESIDENTE SARNEY	0,10	2.010.212,99
PRESIDENTE VARGAS	0,09	1.734.724,16
PRIMEIRA CRUZ	0,10	1.975.338,76
RAPOSA	0,21	4.269.337,92
RIACHÃO	0,59	11.879.229,89
RIBAMAR FIQUENE	0,12	2.447.806,34
ROSÁRIO	0,25	5.135.958,49
SAMBAIBA	0,46	9.329.289,82
SANTA FILOMENA DO MARANHÃO	0,09	1.753.311,72
SANTA HELENA	0,19	3.835.666,89
SANTA INES	0,88	17.806.054,94
SANTA LUZIA	0,48	9.805.030,46
SANTA LUZIA DO PARUÁ	0,18	3.745.350,80
SANTA QUITERIA DO MARANHÃO	0,15	3.007.228,25
SANTA RITA	0,21	4.179.278,96
SANTANA DO MARANHÃO	0,09	1.868.794,68
SANTO AMARO DO MARANHÃO	0,10	2.094.311,53
SANTO ANTONIO DOS LOPES	2,22	45.024.118,62
SAO BENEDITO DO RIO PRETO	0,12	2.355.334,37
SAO BENTO	0,17	3.448.804,95
SAO BERNARDO	0,19	3.943.880,77



SAO DOMINGOS DO AZEITAO	0,32	6.454.036,84
SAO DOMINGOS DO MARANHAO	0,24	4.883.117,46
SAO FELIX DE BALSAS	0,13	2.605.970,14
SAO FRANCISCO DO BREJAO	0,14	2.846.362,85
SAO FRANCISCO DO MARANHAO	0,11	2.302.479,76
SAO JOAO BATISTA	0,11	2.185.962,34
SAO JOAO DO CARU	0,11	2.246.232,79
SAO JOAO DO PARAISO	0,18	3.623.400,91
SAO JOAO DO SOTER	0,11	2.227.429,65
SAO JOAO DOS PATOS	0,21	4.225.175,99
SAO JOSE DE RIBAMAR	1,30	26.451.076,75
SAO JOSE DOS BASILIOS	0,08	1.683.220,79
SAO LUIS	33,54	680.454.648,91
SAO LUIZ GONZAGA DO MARANHAO	0,15	2.949.345,16
SAO MATEUS DO MARANHAO	0,22	4.550.044,00
SAO PEDRO DAGUA BRANCA	0,17	3.418.186,21
SAO PEDRO DOS CRENTES	0,12	2.378.848,37
SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	0,61	12.312.922,01
SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	0,08	1.623.618,44
SAO ROBERTO DO MARANHAO	0,08	1.651.342,91
SAO VICENTE DE FERRER	0,11	2.283.981,00
SATUBINHA	0,09	1.847.702,42
SENADOR ALEXANDRE COSTA	0,09	1.905.645,95
SENADOR LA ROCQUE	0,20	4.143.420,10
SERRANO DO MARANHAO	0,09	1.860.717,35
SITIO NOVO	0,23	4.609.654,67
SUCUPIRA DO NORTE	0,14	2.866.089,25
SUCUPIRA DO RIACHAO	0,09	1.735.721,35
TASSO FRAGOSO	0,95	19.314.329,22
TIMBIRAS	0,13	2.733.062,33
TIMON	1,25	25.266.225,99
TRIZIDELA DO VALE	0,40	8.077.958,59
TUFILANDIA	0,08	1.684.468,86
TUNTUM	0,25	4.990.587,36
TURIACU	0,15	3.134.073,39
TURILANDIA	0,12	2.531.599,98
TUTOIA	0,25	5.137.214,32
URBANO SANTOS	0,19	3.795.151,21
VARGEM GRANDE	0,21	4.310.867,60
VIANA	0,25	4.984.805,18
VILA NOVA DOS MARTIROS	0,19	3.776.076,58
VITORIA DO MEARIM	0,18	3.574.566,01
VITORINO FREIRE	0,22	4.463.648,10
ZE DOCA	0,37	7.569.536,32
TOTAL	100	2.028.874.230,57

